



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ - REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

EMERSON OLIVIER VIEIRA DA SILVA

AVALIANDO OS GASTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO
NORDESTE EM 2011: SIMULAÇÕES COM UM MODELO DE
INSUMO-PRODUTO INTERREGIONAL

São Cristóvão,
Agosto de 2015

EMERSON OLIVIER VIEIRA DA SILVA

**AVALIANDO OS GASTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO
NORDESTE EM 2011: SIMULAÇÕES COM UM MODELO DE
INSUMO-PRODUTO INTERREGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional e Gestão de
Empreendimentos Locais da
Universidade Federal de Sergipe.

Linha de pesquisa:
Desenvolvimento Regional

Orientador:
Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade
Co-orientador:
Prof. Dr. Luiz Carlos de Santana Ribeiro

São Cristóvão
Agosto de 2015

EMERSON OLIVIER VIEIRA DA SILVA

**AVALIANDO OS GASTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO NORDESTE EM
2011: SIMULAÇÕES COM UM MODELO DE INSUMO-PRODUTO
INTERREGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe.

Submetida à apreciação da banca examinadora em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe – Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos de Santana Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe – Co-orientador

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Universidade Federal do Paraná – Examinador Externo

Prof. Dr. José Ricardo de Santana
Universidade Federal de Sergipe – Examinador Interno

RESUMO

O turismo, nos últimos 20 anos, vem aumentando sua participação no PIB nacional e no PIB da região Nordeste, sendo utilizado como estratégia na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Com essa perspectiva, torna-se necessário intensificar a busca de ferramentas que possam medir o impacto econômico que o turismo provoca em diversos setores da economia. Nessa perspectiva, o objetivo desta dissertação é estimar os impactos econômicos dos gastos turísticos realizados na região Nordeste no ano de 2011. Para isso, utiliza-se a matriz de insumo-produto interregional, calibrada para o ano de 2004, construída para os nove estados nordestinos e para o resto do Brasil. Os principais resultados revelam que os gastos turísticos realizados na região Nordeste em 2011 foram responsáveis pelo aumento de 3,9% do PIB nordestino, com destaque para os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. No entanto, a análise setorial indicou efeitos de vazamentos significativos para o resto Brasil, principalmente dos segmentos industriais. Isso sugere uma baixa integração da cadeia produtiva nordestina, o que dificulta o desenvolvimento em escala regional. Por outro lado, os gastos turísticos contribuíram, mesmo que marginalmente, para redução da desigualdade regional, uma vez que o índice de Gini apresentou uma queda de 0,16%.

PALAVRAS-CHAVE: gastos turísticos, insumo-produto, desenvolvimento regional; nordeste.

ABSTRACT

The participation of tourism in the Brazilian GDP have been increasing, during the past 20 years, and the same happened regarding the Northeast Region GDP, phenomenon that has been used as a strategy to promote public policies towards the regional development. In this perspective, it becomes necessary to intensify the search for tools that are able to measure the economic impact of tourism activities on the different sectors of economy. In this perspective, the objective of this essay is estimating the economic impact of tourism expenditures on the Brazilian Northeast Region in the year of 2011. To accomplish that, the essay used the interregional Input-Output Matrix, calibrated for the year of 2004, built to the nine Brazilian Northeastern states and also for the rest of the country. The main results show that tourism expenditures in the Northeast Region in 2011 were responsible for a rise of 3.9% of the Northeast Region GDP, with highlights to the states of Bahia, Pernambuco and Ceará. However, sectoral analysis indicated significant leaking effects for the rest of the country, specially to the industrial sectors. That suggests a low integration of the productive chain in the Northeast Region, which impairs the development in a regional scale. Differently, tourism expenditures contributed, albeit marginally, to the reduction of regional inequality, since the Gini index experienced a drop of 0.16%.

KEYWORDS: Tourist spending, Input-Output, Regional Development; Northeast.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Chegadas internacionais de turistas – (%) - Mundo e grandes regiões	24
Tabela 2: Comparativo de chegadas de turistas internacionais: Mundo, América do Sul e Brasil - 2002-2011	26
Tabela 3: Evolução da conta viagens internacionais – 2002/2014	27
Tabela 4: Relação receita x despesa e taxa de câmbio anual média – 2002/2014	28
Tabela 5: Participação do PIB setorial no PIB total do Brasil - 2002/2011 (Em %).....	36
Tabela 6: Fluxo Doméstico Turístico estimado dos estados do Nordeste – 2011- (mil)	55
Tabela 7: Receita média por estado do nordeste a preços de 2004 – R\$ milhão.....	56
Tabela 8: Composição de mão de obra ocupado na atividade turismo - ano 2011 (%).....	58
Tabela 9: Receita média por setor 2004 – R\$ milhão.....	58
Tabela 10: Impacto macroeconômico do turismo sobre variáveis selecionadas 2004 (%)	61
Tabela 11: Grau de absorção do impacto setorial sobre o PIB (continua...).....	67
Tabela 12: Grau de absorção do impacto setorial Bahia, Ceará e Pernambuco – Sobre o PIB (em %)	69
Tabela 13: Grau de absorção do impacto setorial sobre o emprego (em %) (Continua...).....	71
Tabela 14: Variação do Índice de GINI setorial antes e depois das simulações (%)	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Mundo – Chegadas internacionais de turistas (em milhões).....	25
Gráfico 2: Fluxo receptivo internacional – Participação (%)) Mundo, América do Sul, Brasil.....	27
Gráfico 3: <i>Ranking</i> da Receita Média por Estado a preços de 2004 – R\$ milhão.....	57
Gráfico 4: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – Emprego e PIB.....	62
Gráfico 5: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – ICMS e Produção.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Proporção de domicílios urbanos com viajantes, por tipo de viagem	30
Quadro 2: Gasto médio nas viagens domésticas	30
Quadro 3: Destinos mais visitados nas viagens domésticas (%)	31
Quadro 4: Participação relativa entre emissivo e receptivo nas viagens domésticas por UF...	32
Quadro 5: Classificação dos estados nordestinos como emissivo ou receptivo de turistas.....	33
Quadro 6: Fluxos de gastos e receitas turísticas em viagens domésticas, por região.....	34
Quadro 7: Participação relativa gastos e receitas (em %)	34
Quadro 8: Participação relativa entre o emissivo e o receptivo nos gastos e receitas por UF .	35
Quadro 9: Valor bruto da produção, a preços constante do ano anterior e corrente – 2004/2009 - (milhões de R\$)	37
Quadro 10: Ranking mundial da contribuição do setor turismo para o PIB – (bilhões US\$) ..	38
Quadro 11: Permanência Média por UF do Nordeste - Ano 2011	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classificação dos bens e serviços do turismo	21
Figura 2: Relações de insumo-produto	46
Figura 3: Fluxograma do modelo de insumo-produto	47
Figura 4: Modelo inter-regional de insumo-produto	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. TURISMO – DEFINIÇÕES, CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO.....	17
1.1 Definições e conceitos.....	17
1.2 Classificação do turismo.....	21
1.3 A economia do turismo.....	22
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE TURISMO.....	24
2.1 A atividade turismo.....	24
2.2 Turismo doméstico.....	29
2.2.1 Principais estados emissores e receptores de turistas.....	32
2.2.2 Relação por receita e gastos de turistas.....	33
2.2.3 Considerações sobre a atividade turismo e o PIB.....	35
2.3 Turismo e desenvolvimento regional.....	38
3. MÉTODOS DE IMPACTO ECONÔMICO EM TURISMO.....	42
3.1 Métodos de impacto econômico.....	42
3.2 O modelo de insumo-produto.....	44
3.2.1 Especificação do Modelo de Insumo-Produto.....	48
4. BASE DE DADOS E TRATAMENTO DAS VARIÁVEIS.....	52
4.1 Base de dados.....	52
4.2 Tratamento das variáveis.....	56
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	60
5.1 Impactos macroeconômicos.....	60
5.1.1 Impacto no emprego e no PIB.....	61
5.1.2 Impacto na produção e no ICMS.....	63
5.2 Análise setorial.....	64
5.2.1 Impactos setoriais no PIB nordestino.....	65
5.2.2 Impactos setoriais no emprego.....	70
5.3 Impactos sobre as disparidades regionais.....	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o estudo do turismo vem se expandindo, passando a ser abordado não só como fenômeno social, mas também, como importante fio condutor para o desenvolvimento econômico.

O turismo como atividade econômica, deve ser entendido como ponto de convergência de várias outras atividades, pois a cadeia produtiva do turismo envolve direta ou indiretamente importantes setores da economia de um país, desde a agropecuária, na condição de fornecedora de matérias prima para a indústria de processamentos de alimentos perpassando pelos restaurantes e hotéis; até serviços de lazer e bem-estar com elevado grau de sofisticação, tecnologia e complexidade, proporcionados aos turistas.

Sob o ponto de vista da economia, o turismo é tratado pela ótica da demanda, ou seja, é por meio da demanda turística que se torna possível medir o impacto econômico no local visitado, e isso se deve ao fato de que a movimentação financeira da economia do turismo é realizada através dos gastos dos turistas no destino.

Os gastos com turismo envolvem uma série de fatores que vão desde a decisão de satisfazer necessidades naturais como fisiológicas e de segurança, até as mais complexas como, por exemplo, a auto realização (MASLOW, 1989).

Partindo desse princípio, percebe-se que o consumidor que decide viajar e cuja motivação é satisfazer a necessidade de lazer, estará disposto a consumir no destino bens e serviços que contribuirão para maximizar sua satisfação.

Isso não quer dizer que outras motivações de viagem não tenham qualquer possibilidade de realização de gastos por parte do turista cuja motivação é diferente da motivação lazer. Acontece que, como destaca Andrade (2005 p. 125) “as viagens de lazer, inseridas na atividade turística, são uma das características marcantes da nossa sociedade.”

Mensurar os gastos com turismo no destino é uma tarefa árdua e complexa por motivos que vão desde a ausência de informações concretas até as dificuldades de se elaborar pesquisas e coleta de dados cujo custo se torna proibitivo. Eleger uma ou mais variáveis *proxies* não minimizaria tal dificuldade e, ao contrário, poderia tornar os números

tendenciosos.

Existe uma forte relação entre economia e turismo. Não se pode negar que, do ponto de vista da economia, o turismo movimenta um grande número de setores econômicos que, de maneira direta ou indireta, interagem provocando um efeito multiplicador na economia do local que recebe os turistas (receptivo), onde essas relações se desenvolvem, mas também no local de onde os turistas partem, ou seja, local de origem onde o turista mantém residência (emissivo).

Turismo e economia estão intimamente relacionados. Quando um turista resolve viajar ou simplesmente comprar um determinado cartão-postal, sua decisão constitui-se em um fato econômico. O mesmo ocorre quando um empresário decide abrir uma agência de turismo, ampliar as instalações de um hotel já existente ou simplesmente estabelecer o preço de uma passagem aérea. As decisões governamentais de criar um novo imposto sobre empresas do setor, construir um aeroporto ou investir na promoção turística de um destino qualquer também são fatos econômicos. Questões econômicas também se fazem presentes na problemática do emprego e dos salários dos trabalhadores do setor (SANTOS e KADOTA, 2012, p. 17).

A economia do turismo traz em si peculiaridades em relação às outras atividades econômicas, principalmente no tocante aos tipos de produtos que cada setor produz. Daí a necessidade de definir o que é produto turístico.

Santos e Kadota (2012, p.24) colocam que “o produto turístico não é composto por um único tipo de elemento, mas sim por um conjunto de itens, como transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, souvenirs e outros”. Esses autores argumentam que existem produtos turísticos que não podem ser identificados per si, ou seja, “não podem ser identificados pela própria natureza”, e dão o exemplo da refeição em determinado restaurante que quando consumida por um turista, é, efetivamente um produto turístico, mas, quando consumida por um morador local, deixa de ser um produto turístico. Por esse motivo podemos simplificar a definição de produto turístico como sendo tudo aquilo que é consumido pelo ator principal da atividade turismo, o turista.

Logo, o turismo não é uma atividade econômica padrão, tampouco faz parte de um único setor econômico. Turismo, na verdade, é mais bem caracterizado como um objeto constituído por diferentes atividades econômicas as quais vendem produtos pra um grupo específico de consumidores (SANTOS e KADOTA, 2012, p. 27, 28).

Santos, Silveira e Lobo (2014) fazem a seguinte consideração sobre a demanda turística:

O estudo da demanda turística busca essencialmente explicar o comportamento do turista antes, durante e depois da viagem. O momento anterior à viagem consiste principalmente no processo de decisão do turista. Formação do desejo, reconhecimento da necessidade, busca por informações, construção de imagem, comparação de alternativas e escolha são alguns dos comportamentos do turista nessa fase. O durante a viagem envolve o deslocamento e a estada. Inúmeros comportamentos do turista nessa fase merecem atenção, incluindo a visitação de atrativos, o consumo de serviços turísticos, as atitudes em relação ao meio ambiente, a interação com moradores locais, trabalhadores, autoridades e com os próprios turistas. Por fim, o comportamento do turista depois da viagem envolve aspectos como satisfação, intenção de retorno, comunicação boca-a-boca, memórias e mudanças pessoais causadas pela viagem (SANTOS, SILVEIRA e LOBO, 2014, p. 5).

Percebe-se, dessa maneira, o quanto é complexo medir o impacto econômico que a atividade turismo provoca não só no destino (receptivo), mas também na origem (emissivo) onde se inicia o processo da viagem turística.

É fato que a atividade turismo provoca impacto econômico em vários setores da economia, da origem até o destino turístico escolhido pelo turista, independente da motivação de viagem, movimentando produção, renda e emprego.

Para medir o impacto econômico do turismo, elaborando análises preditivas desses impactos, pode-se contar com várias ferramentas desde os mais simples modelos estatísticos até sofisticados modelos econométricos e/ou multissetoriais.

Pode-se contar também com dados primários, cuja coleta e tratamento demandam tempo e gastos que podem atingir, conforme já dito, volumes proibitivos para tal feito, ou realizar o tratamento de dados secundários disponibilizados pelos governos e pelas entidades relacionadas com a atividade turismo.

Stynes (1997), esclarece que são vários os métodos de análise de impactos que a atividade turismo proporciona: econômica, fiscal, financeira, demanda, custo-benefício, viabilidade, ambiental, sendo que qualquer um desses métodos de análise “(...) podem dar suporte à tomada de decisões do ponto de vista de planejamento turístico”.

O impacto econômico da atividade turística pode ser medida a partir da utilização de diferentes instrumentos. Os mais utilizados são os modelos econométricos (ANDRADE, 2003; AZZONI; MENEZES, 2009), os modelos de insumo-produto (IP) (ARCHER, 1995; FLETCHER, 1989; HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013; PRATT, 2015) e os modelos de equilíbrio geral computável - EGC (BLAKE et al., 2011; TAYLOR, 2010;

VIANA; DOMINGUES; DINIZ, 2014). Stynes (1997) argumenta que a utilização de métodos de análise são importantes ferramentas para dar suporte na tomada de decisões do ponto de vista de planejamento turístico.

A atividade turismo está amplamente relacionada com desenvolvimento regional mantendo “pontos em comum com a construção do próprio conceito de desenvolvimento” (FARIA, 2012). Ainda segundo o autor em tela, organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) apontam o turismo como um importante propulsor do desenvolvimento.

Muitos são os estudos sobre o turismo relacionados à modernização que visam esclarecer os efeitos multiplicadores promovidos pelo turismo nos diversos setores da economia e, como consequência, promovendo desenvolvimento regional.

O arcabouço teórico da modernização pode ser reconhecido em grande parte dos estudos que sugerem que as atividades turísticas podem levar ao crescimento econômico, pois seus efeitos multiplicadores se manifestam sobre a economia local e regional. As análises tomam como marco de referência os impactos positivos no ingresso de divisas, no emprego, incremento da produção, em novas oportunidades de negócios para os residentes, acrescentando, algumas vezes, os efeitos negativos, como a centralização urbana, concentração de investimentos e aumento das importações para satisfazer as necessidades dos turistas (FARIA, 2012, p 18).

As discussões sobre os impactos econômicos do turismo no Brasil se intensificaram no início dos anos 1990, com trabalhos pioneiros de Ablas (1992) e Azzoni (1993). Para Araújo (2004), a atividade turística merece destaque na economia nordestina, principalmente em alguns polos espalhados na região. Já Amaral Filho (2011) considera que dentro do processo de globalização, o turismo foi um dos setores da economia nordestina que melhor se integrou.

A interação do turista com o local visitado é a ação que coloca a atividade turismo como importante ferramenta propulsora do desenvolvimento local porque é da necessidade de atender o consumo que os turistas proporcionam que ocorre a ampliação e a modernização dos serviços turísticos e a adoção de políticas públicas voltadas para melhoramentos de equipamentos turísticos e de divulgação do destino, diversificação do comércio, qualificação da mão de obra especializada para atendimento ao turista, empreendimentos privados como instalações de restaurantes, hotéis e pousadas.

A consequência disso é, segundo Coriolano (2012), “(...) uma sociedade justa, sustentável, com o turismo contribuindo com a elevação da qualidade dos serviços para os turistas e a qualidade de vida dos anfitriões”. A partir disso, o turismo passa a ser visto como uma importante ferramenta para alavancar o desenvolvimento local.

Internamente, percebe-se que ocorreu desenvolvimento local¹ quando a participação da sociedade, através de seus cidadãos, realiza transformações positivas na estrutura social.

Isso remete à reflexão sobre a possibilidade de como comunidades com potencial turístico latente podem, através da percepção desse potencial, mobilizar seus habitantes em prol do desenvolvimento local, promovendo transformações importantes nos diversos setores da economia, que passem a funcionar como verdadeiros agentes de crescimento econômico e, por consequência, de desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é trazer para discussão central os impactos econômicos do turismo no Nordeste gerados a partir dos gastos turísticos realizados nessa região em 2011. Isso será feito a partir de simulações com um modelo interregional de insumo-produto. Para esse propósito, além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação, está estruturada em 06 (seis) capítulos.

No primeiro capítulo, é realizada uma revisão da literatura, na qual são discutidas as definições e os conceitos acerca de turismo, perpassando pelas várias áreas do conhecimento, dando ênfase ao crivo econômico.

No segundo capítulo, são apresentadas concepções acerca do desenvolvimento do turismo na região Nordeste e no Brasil, por meio da exposição de dados estatísticos que ratificam esse desenvolvimento.

O terceiro capítulo versa-se sobre a metodologia e o arcabouço teórico sobre a utilização de modelos de insumo-produto como ferramenta de análise para mensurar o impacto econômico da atividade turismo no Nordeste do Brasil.

No quarto capítulo, apresenta-se a base de dados e realiza-se o tratamento das variáveis utilizadas na análise de impacto para a construção do vetor de choque exógeno. Em

¹ Para saber mais sobre desenvolvimento local, ver Coriolano (2012).

outras palavras, estima-se a receita média dos gastos turísticos de acordo com a atividade econômica e o estado nordestino.

O quinto capítulo é reservado para a apresentação dos resultados obtidos a partir das simulações com o modelo de insumo-produto interregional. Esses resultados são apresentados do ponto de vista macroeconômico, regional e setorial.

Nas considerações finais, embora concluam esta dissertação, certamente não encerram a temática em questão. Espera-se estar contribuindo para a reflexão sobre a questão do turismo, especificamente, os impactos econômicos do turismo no Nordeste gerados a partir dos gastos turísticos realizados nessa região em 2011, a partir de simulações com um modelo inter-regional de insumo-produto.

1. TURISMO – DEFINIÇÕES, CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO

O objetivo deste capítulo é discutir as definições e os conceitos de turismo, perpassando pelas várias áreas do conhecimento, dando-se ênfase ao crivo econômico.

1.1 Definições e conceitos

Urge salientar que a dificuldade de conceituação do turismo não é privilégio apenas de economistas, pois, percebe-se que na literatura de referência as diversas áreas do conhecimento como sociologia, antropologia, geografia, ecologia, direito, dentre outras, reclamam para si a capacidade de defini-lo de acordo com suas teorias.

Para definir turismo, é importante entender duas necessidades complementares que o homem desenvolveu ao longo do tempo: uma é a necessidade de lazer, cuja prática se dá nas horas livres, ou seja, quando não está trabalhando, está em pleno gozo de férias, e a outra é a necessidade de, culturalmente, conhecer outros lugares, outras culturas, sendo que para isso, a viagem é indispensável.

A partir daí, pode-se definir simplificadamente turismo como o meio pelo qual o indivíduo satisfaz a necessidade de lazer, aliando a isso a necessidade cultural de conhecer outros lugares, através de viagens.

A prática do turismo ocorre desde o início dos séculos e, definir as razões que levaram e levam o homem a viajar em busca de lazer seria de tamanha dificuldade que culminaria em especulações subjetivas: Por necessidade? Para conhecer novos lugares e novas culturas? Por aventura? Por prazer? Qual seria a resposta certa?

É verdade que o homem desde sempre, descobriu-se desejoso de viajar, e a motivação para tal feito varia de acordo com características intrínsecas a cada ser, a cada indivíduo ou até mesmo a cada situação.

O conceito de turismo para Lundberg, Stavenca & Krishnamoorthy (1995, p. 5) passa por uma história que remonta o ano de 1811:

Turismo num conceito generalizado, tem uma história que remonta a 1811, ou antes, e continua a mudar em definição. O termo turismo engloba os viajantes longe de casa e as empresas e as pessoas que lhes servem para acelerar ou fazer este período mais fácil ou mais divertido. Um viajante é definido de várias maneiras, como alguém numa determinada distância (as distâncias variam) longe de casa.²

Percebe-se daí que o ator principal, o turista, também precisa ser bem definido para que se possa, então, definir turismo, englobando os viajantes longe de casa (os turistas) e os “agentes” que os recebem e proporcionam lazer e facilidades para tornar suas estadas nos locais visitados, o mais prazeroso possível.

Para Smith (1995, p.1) ”O turismo é uma grande força no comércio global. Ele desempenha um papel vital no desenvolvimento social, cultural e econômico da maioria dos países, e tem o potencial tanto para preservar o patrimônio como para destruí-lo³”.

Surge daí a preocupação com o desenvolvimento sustentável do turismo, envolvendo questões relativas à preservação ambiental como, por exemplo, a conservação de habitats naturais, fauna e flora, nascentes e afluentes de rios, áreas estas que, com o constante fluxo de visitantes, tornam-se vulneráveis e, posteriormente, fragilizadas por impactos que vão desde o lixo, gerado pelos visitantes até à depredação de componentes naturais e culturais, fatores estes que provocam a perda de interesse de novos visitantes, diminuindo, dessa maneira, o fluxo turístico do local.

Van Harssel (1994) afirma que o turismo é uma indústria diversificada, mais importante em muitas regiões do mundo. Ele destaca que essa importância cresce quando regiões que não conseguem se desenvolver através de sua industrialização, fazem com que o turismo se torne uma alternativa atrativa como ferramenta para o desenvolvimento local.

Outro ponto de vista muito bem colocado por Van Harssel é que indicativos como a quantia de gastos realizados pelos turistas bem como o volume de viagens realizadas convalidam a importância do turismo como agente de desenvolvimento econômico, tornando mais complexo ainda definir turismo.

A complexidade para definir turismo ganha importante contribuição de autores como Pérez, que através da antropologia, apresenta a seguinte definição:

² Tradução nossa.

³ Tradução nossa.

O turismo é uma atividade complexa e mutável, multifacetada e multidimensional que não deve ser reduzida exclusivamente a negócio, atividade industrial, marketing ou gestão de produtos. Isto leva a que alguns autores (Tribe, 1997) definam o turismo como uma indisciplina. Na realidade, o turismo é um fenômeno sociocultural que pode ser abordado de distintos pontos de vista (Carvajal, 1992: 25) e com diferentes perspectivas disciplinares (PÉREZ, 2009, p. 4).

Pérez (2009) traz, à tona, o entrelaçamento entre as áreas do conhecimento que definem turismo segundo suas teorias. Para esse autor, a Economia trata o turismo como indústria e pode ser estudado analisando-se a relação custo-lucro; na Geografia, o turismo é tratado como o deslocamento de pessoas de um lugar para outro; na seara do Direito, o turismo é tratado como a liberdade de locomoção das pessoas circularem; definir turismo como prática social contemporânea é função da Sociologia; a Antropologia cuida do turismo como fenômeno sociocultural, onde ocorrem as relações entre turistas e residentes; por último, a Ecologia trata o turismo como atividade humana realizada num meio ambiente o qual é afetado por essa atividade.

Para se chegar à definição de turismo e turista, nos dias atuais, existe um divisor de águas que a história nos conta. Antes da Revolução Industrial e até a Segunda Guerra Mundial, a atividade turismo, sob o ponto de vista da ciência econômica, era peculiar à classe alta, pois só os nobres tinham condições necessárias para empreender viagens de lazer. Durante a Revolução Industrial, a humanidade passou por inúmeras transformações indo desde a migração do campo para as cidades até a invenção de máquinas e equipamentos que surgiram para melhorar as condições de vida dos indivíduos.

Além disso, as horas de trabalho, ou, melhor dizendo, a jornada laborativa foi se reduzindo por conta das melhoras tecnológicas ocorridas nas fábricas que puderam aumentar sua produção com menos tempo de mão-de-obra, sendo que o aumento de produção deve significar aumento de renda que, por sua vez, provoca aumento do consumo, resultando na expansão da classe média expandindo dessa maneira a demanda por atividades relacionadas ao turismo.

Nesse contexto, os meios de viagens também se modificaram no tocante às telecomunicações, à melhora tecnológica nos meios de transporte aumentando assim as possibilidades de “encurtar distâncias”, otimizando não só o tempo de viagens, mas também, ampliando sua quantidade e tendo como consequência a massificação do fenômeno social turismo (ANDRADE, 2002).

Pode-se verificar dessa forma, que entender o turismo hoje a partir de um conceito moderno passa pelo entendimento de como se deu o processo de “massificação” das viagens turísticas iniciadas a partir da revolução industrial, ganhando cada vez mais força através dos avanços tecnológicos produzidos naquela época e, principalmente, após a segunda guerra mundial. Isto garantiu que o turismo se tornasse uma atividade popular enquanto fenômeno social.

Tratando o turismo dessa forma e sob a ótica do desenvolvimento tecnológico, principalmente nos meios de comunicação e de transportes, pode-se perceber que esse avanço, ou melhor, a velocidade desse avanço, hoje, dá-se de forma cada vez mais acentuada e, por que não dizer mais inclusiva.

Até então, viu-se que a definição de turismo e turista perpassa por, no mínimo três dimensões, a saber: a) Dimensão Econômica; b) Dimensão Cultural; e c) Dimensão Organizacional.

A Dimensão Econômica nos diz que o turismo é alternativa para o desenvolvimento econômico e, segundo Tomazzoni:

Os dados e números apresentados pela OMT – Organização Mundial do Turismo poderiam justificar o interesse dos que apostam no Turismo como alternativa para o desenvolvimento. Com base nas potencialidades desse setor, são muitos os que criticam a omissão e a falta de iniciativas dos governantes e das lideranças empresariais em investir na sua expansão como fonte de receitas e de oportunidades de novos negócios (TOMAZZONI, 2007, p 82).

Ainda segundo Tomazzoni, a dimensão cultural nos remete a aspectos históricos do local funcionando como atrativos que vão agregar valor econômico.

Além da função estratégica para a gestão do Turismo regional, o conhecimento da história de uma comunidade é um atrativo muito importante que enriquece o roteiro turístico, por meio da animação, conferindo sentido ao contato do turista com a cultura e com os patrimônios locais. O conhecimento e o relato da história constituem-se em bens de valor econômico, por meio do Turismo além de agregar valor aos diversos acervos e manifestações (TOMAZZONI, 2007, p. 101).

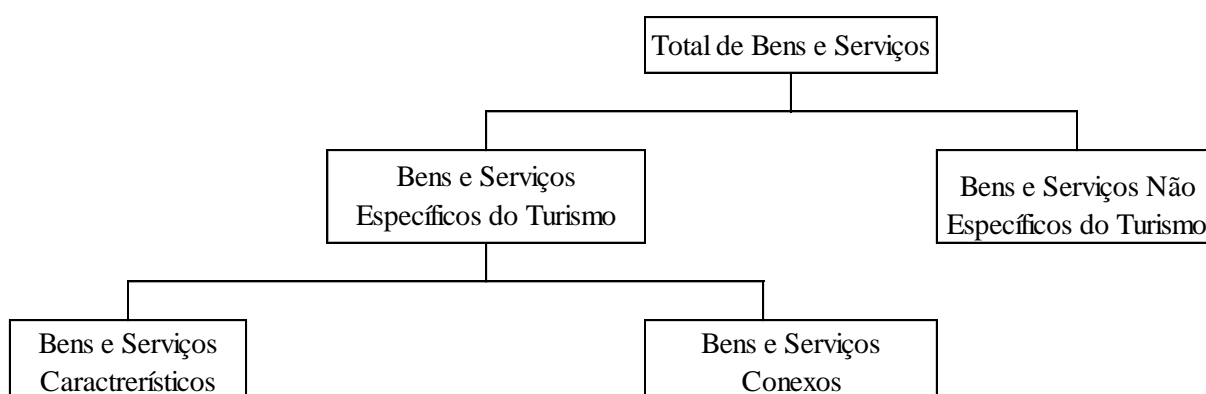
Continuando com Tomazzoni (2007, p. 122) “a dimensão organizacional do Turismo abrange múltiplos campos de análise.” Isso nos remete a elementos como capital social, cooperação, competição, empreendedorismo, análise do discurso na mídia, ou seja, trata das relações de poder inerentes ao setor do turismo.

1.2 Classificação do turismo

A Organização Mundial de Turismo⁴ – OMT (*World Tourism Organization*) classifica os produtos correlatos ao ramo da atividade econômica turismo como: produtos característicos do turismo, produtos conexos ao turismo e produtos específicos do turismo.

De acordo com o IBGE (2010), os produtos específicos do turismo segue a classificação apresentada na Figura 1.

Figura 1: Classificação dos bens e serviços do turismo



Fonte: IBGE, (2010).

Os produtos característicos são os que não existiriam, ao menos significativamente, para consumo porque só seriam efetivamente consumidos pelos turistas. Os conexos têm características de “categoria residual” porque são produtos diferenciados local e regionalmente. Ou seja, em determinado destino poderá haver um ou mais produtos ofertados para consumo que são exclusivos do local/região.

Os específicos agrupam os produtos característicos aos produtos conexos dando melhor dimensão para comparar, por exemplo, o crescimento econômico de diversas localidades ou regiões, medindo quantitativamente os acréscimos ou os decréscimos que esses produtos provocam na economia local/regional.

A partir dos esclarecimentos já apresentados nesta dissertação, torna-se evidente que as atividades turísticas, por possuírem características de transversalidade, têm capacidade intrínseca de proporcionar crescimento e desenvolvimento econômico.

⁴ Em IBGE, 2010 - Economia do Turismo – Uma Perspectiva macroeconômica 2003-2007 in Estudos & Pesquisas – Informação Econômica 13.

Os bens e os serviços específicos do turismo devem ser constantemente analisados e, principalmente, percebidos pelos gestores locais/regionais para que, a partir da detecção de suas potencialidades, desenvolvam-se políticas públicas que resultem efetivamente em alavancagens de negócios que reflitam no aumento do fluxo turístico contribuindo, nesse viés, para o desenvolvimento regional.

1.3 A economia do turismo

A economia do turismo é multidimensional e, por esse motivo, é vista pela sociedade de várias formas diferentes, e, segundo Fletcher e Snee (1989, p. 215) “os argumentos mais convincentes em favor do desenvolvimento da indústria do turismo em um país ou região se relacionam com o seu impacto positivo na economia”.

Analisar o impacto econômico do turismo requer promover investigação sob a ótica da demanda, pois é pela demanda que se pode verificar quantitativamente o gasto do principal ator, o turista, no destino turístico, não perdendo de vista que a diversificação da economia no destino turístico, para oferecer ao turista opção de gastos é de fundamental importância.

O tamanho do impacto econômico do turismo, seja ele positivo ou negativo, é determinado por uma série de fatores, em que o mais crítico é o nível de desenvolvimento econômico do país de acolhimento, o grau de diversificação da atividade econômica e em que medida a economia é dependente de importações de bens, serviços e capital (FLETCHER e SNEE, 1989).

O efeito do impacto econômico do turismo na região será proporcional à destinação de recursos injetados em sua economia, e a magnitude do efeito de transbordamento de receitas para outras regiões será inverso ao grau de desenvolvimento dessa economia. Quanto mais frágil é a estrutura produtiva local, mais dependente ela é do restante do país da qual ela está inserida, no sentido de importar insumos produtivos.

O impacto econômico do turismo é fruto das relações entre oferta e demanda do setor, os turistas, os investimentos promovidos no destino turístico e a estrutura da

economia local. Essas relações vão determinar quanto será o grau desse impacto e seu efeito multiplicador na economia (ARDAHAIEY, 2011).

Fica evidente que cada unidade monetária gasta pelo turista na aquisição de bens e/ou serviços gera um efeito multiplicador na economia local, mas a magnitude desse efeito depende diretamente das características da economia do destino turístico, e isso pode agravar ou atenuar os efeitos de vazamentos de receitas para outras regiões. Outra evidência é que para se calcular o montante de receita gerada pela atividade turismo, variáveis como número de visitantes, a permanência no destino e os padrões de gastos que podem variar em função dos padrões de renda do turista são de fundamental importância.

O efeito dos gastos turísticos no destino enquanto impacto econômico pode ser avaliado como direto ou indireto, sendo que o efeito direto ocorre geralmente com os gastos realizados em restaurantes, transportes, diversões e consumos de bens como lembranças e artesanatos. Os impactos indiretos são secundários e causam um efeito mais aprofundado na economia local (STYNES, 1997).

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE TURISMO

Este capítulo apresenta as concepções acerca do desenvolvimento do turismo no nordeste e no Brasil, através de dados estatísticos que ratificam esse desenvolvimento.

2.1 A atividade turismo

A literatura sobre turismo revela que essa atividade se consolidou, ao longo dos últimos vinte anos, como importante atividade econômica mundial que proporciona desenvolvimento, mantendo forte correlação com o crescimento econômico local e regional.

O Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, publicado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas em julho de 2014, demonstra a evolução do número de chegadas internacionais de turistas, no período de 2009 a 2014, segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), apresentando crescimento médio de 3,8%. Convém ressaltar que o boletim observa o ano de 2009 como atípico em função da crise econômica mundial, puxando a média para baixo, pois, naquele ano, houve crescimento negativo de -3,8% conforme Tabela 1:

Tabela 1: Chegadas internacionais de turistas – (%) - Mundo e grandes regiões

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Jan. - Abr.	2005 - 2013 (média)	2014 Previsão (entre)
Mundo	-3,8	6,5	4,9	4,0	5,1	4,7	3,8	4,0 e 4,5
Europa	-4,9	3,1	6,4	3,6	5,6	4,7	2,9	3,0 e 4,0
Ásia e Pacífico	-1,6	13,2	6,6	6,9	6,5	6,0	6,2	5,0 e 6,0
Américas	-4,7	6,5	3,6	4,3	3,4	5,8	3,0	3,0 e 4,0
África	3,4	9,3	-0,3	6,5	5,6	5,1	6,1	4,0 e 6,0
Oriente Médio	-4,9	11,5	-5,9	-6,6	-0,6	-3,8	4,3	0,0 e 5,0

Fonte: Adaptado de UNWTO, apud MTur e FGV.

O número de chegadas internacionais em nível mundial apresenta variação positiva entre os anos 2009/2014 de aproximadamente 224 mil chegadas a mais, o que

significa, para o período, crescimento de 24,64% no fluxo turístico mundial. Esses números são evidenciados no Gráfico 1, constante no mesmo boletim:

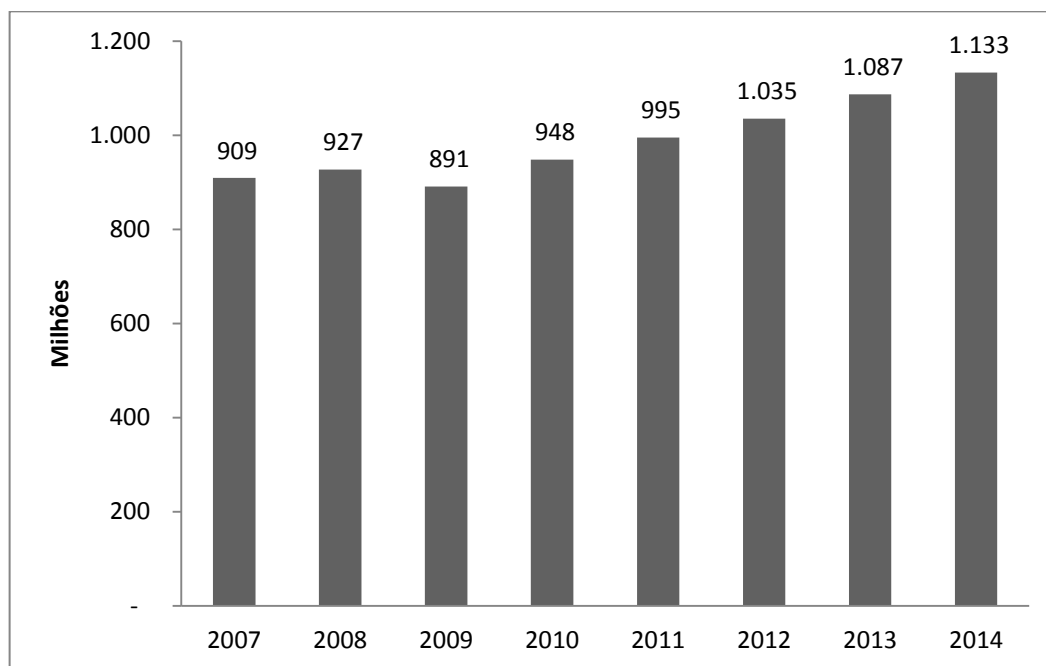


Gráfico 1: Mundo – Chegadas internacionais de turistas (em milhões)

Fonte: UNWTO.

O Gráfico 1 mostra que o fluxo turístico mundial em 2009, sofreu uma ligeira queda que pode ter sido provocada pela crise econômica de 2008. Mas a capacidade de recuperação da atividade turismo fica evidenciada, pois nos anos seguintes o fluxo retoma seu crescimento. Esse fato sugere que o turismo é uma importante atividade para promover desenvolvimento econômico porque, existindo aumentos constantes do fluxo turístico, provavelmente haverá proporcionalidades positivas no aumento dos gastos turísticos e, conseqüentemente, impactos econômicos em diferentes segmentos.

O Ministério do Turismo, através do documento “Estatística básica de turismo Brasil – Ano 2013”, publicado em maio de 2014 mostra claramente que o fluxo receptivo internacional vem crescendo anualmente.

No mundo, o fluxo turístico aumentou significativamente entre os anos 2000/2013 passando de 689,2 milhões de chegadas para 1.086,9 milhões, mantendo uma média de 3,63%, com destaque para 2004 cujo crescimento foi de 9,89% e 2010 com a marca de 7,71%. A Tabela 2 evidencia esse crescimento e faz uma comparação entre o Brasil, a América do Sul e o mundo.

Tabela 2: Comparativo de chegadas de turistas internacionais: Mundo, América do Sul e Brasil - 2002-2011

Ano	Turistas (milhões de chegadas)			Participação (%)		
	Mundo	América do Sul	Brasil	América do Sul no Mundo	Brasil na América do Sul	Brasil no Mundo
2002	708,9	12,7	3,8	1,8	29,80	0,53
2003	696,6	13,7	4,1	2,0	30,17	0,59
2004	765,5	16,2	4,8	2,1	29,55	0,63
2005	801,6	18,3	5,4	2,3	29,28	0,67
2006	842,0	18,8	5,0	2,2	26,60	0,59
2007	897,8	21,0	5,0	2,3	23,81	0,56
2008	916,6	21,8	5,1	2,4	23,39	0,56
2009	882,1	21,4	4,8	2,4	22,43	0,54
2010	950,1	23,6	5,2	2,5	22,03	0,55
2011	996,0	26,0	5,4	2,6	20,77	0,54

Fonte: Organização Mundial do Turismo e Ministério do Turismo - Adaptado pelo autor.

Percebe-se que a contribuição do Brasil é quase insignificante se comparada com o mundo. Porém, sua contribuição na América do Sul é bastante significativa.

A participação do Brasil no mundo, embora tímida, demonstra potencial atrativo no que se refere à quantidade de turistas que podem visitar o país, caracterizando dessa maneira uma provável demanda potencial. Em contrapartida, percebe-se que sua participação na América do Sul é algo notório, contribuindo em média com 27,7% do número de chegadas, sendo que para o mundo, a América do Sul contribui com 2,3% em média. O Gráfico 2 mostra com clareza esses números.

Convém ressaltar, mais uma vez, o ano de 2009 com crescimento negativo de -3,76%, e o ano de 2003 com crescimento negativo de -1,74%.

No *ranking* dos principais países receptores de turistas internacionais, segundo o Ministério do Turismo (2013), o Brasil ocupa o 45º lugar sendo que no período 2002/2011, o fluxo se manteve constante. A média anual desse período foi de 4,9 milhões de chegadas, correspondendo a uma participação de 0,61% na média mundial.

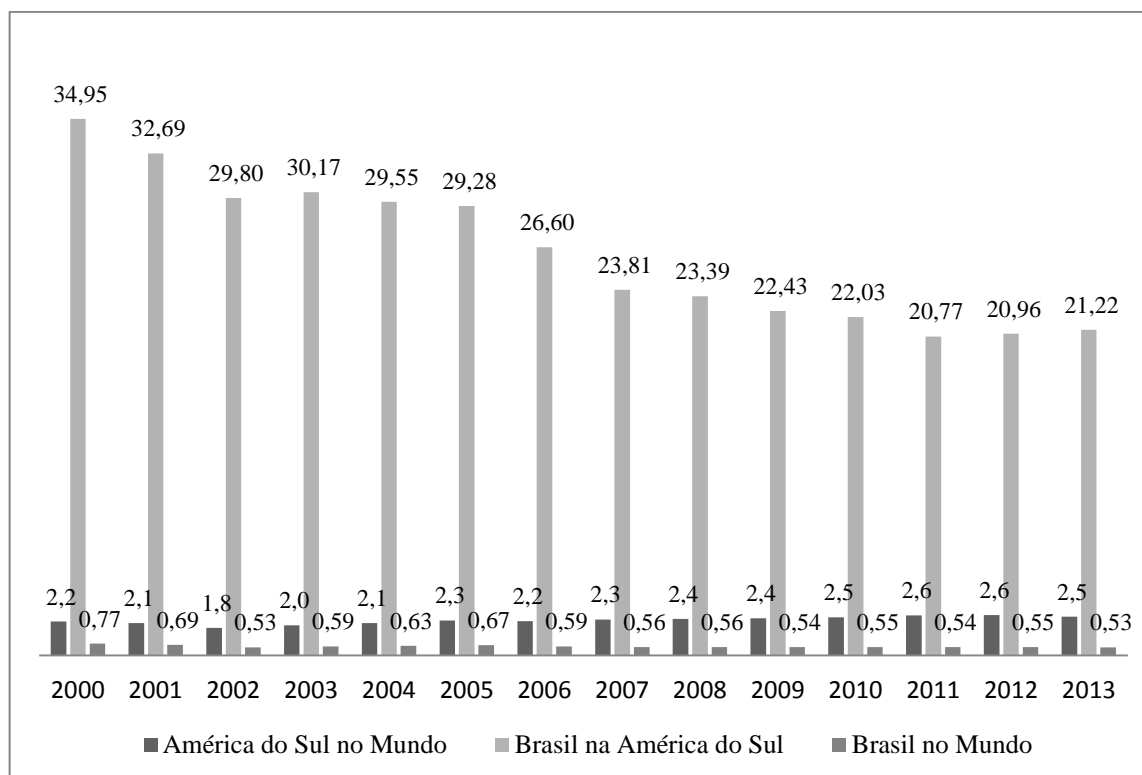


Gráfico 2: Fluxo receptivo internacional – Participação (%) Mundo, América do Sul, Brasil
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Organização Mundial do Turismo e Ministério do Turismo.

Embora o fluxo internacional de turistas no Brasil se mantenha em crescimento contínuo para o período analisado, o saldo da conta turismo apurado no balanço de pagamentos é negativo (déficit) nos anos de 2002 a 2014 conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Evolução da conta viagens internacionais – 2002/2014

Ano	Conta turismo (milhões de US\$)		
	Receita	Despesa	Saldo
2002	1.998	2.396	(398)
2003	2.479	2.261	218
2004	3.222	2.871	351
2005	3.861	4.720	(858)
2006	4.316	5.764	(1.448)
2007	4.953	8.211	(3.258)
2008	5.785	10.962	(5.178)
2009	5.305	10.898	(5.594)
2010	5.702	16.420	(10.718)
2011	6.555	21.264	(14.709)
2012	6.645	22.233	(15.588)
2013	6.711	25.342	(18.631)
2014	6.914	25.608	(18.694)

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB. - (Adaptado pelo autor)

Isso significa que os gastos dos turistas brasileiros realizados no exterior são

maiores do que os gastos que os turistas estrangeiros realizam no Brasil. Tal fato ocorre por dois motivos; o primeiro está relacionado com a característica de país emissor de turistas, provocando saldo negativo nessa conta e o segundo se dá por conta da taxa de câmbio que, desde a década de 1990, segundo Andrade (2003), o déficit ocorre por conta da influência da política cambial praticada à época do Plano Real, fazendo com que o Brasil estimulasse o turismo emissivo. Fato esse que continua sendo uma realidade no Brasil na década de 2010. A Tabela 4 esclarece o fato:

Tabela 4: Relação receita x despesa e taxa de câmbio anual média – 2002/2014

Ano	Conta turismo (milhões de US\$)			Taxa de Câmbio*
	Receita	Despesa	Saldo	
2002	1.998	2.396	(398)	3,5333
2003	2.479	2.261	218	2,8892
2004	3.222	2.871	351	2,6544
2005	3.861	4.720	(858)	2,3407
2006	4.316	5.764	(1.448)	2,138
2007	4.953	8.211	(3.258)	1,7713
2008	5.785	10.962	(5.178)	2,337
2009	5.305	10.898	(5.594)	1,7412
2010	5.702	16.420	(10.718)	1,6662
2011	6.555	21.264	(14.709)	1,8758
2012	6.645	22.233	(15.588)	2,0435
2013	6.711	25.342	(18.631)	2,3426
2014	6.914	25.608	(18.694)	2,6562

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil - BCB. e do IPEA - Carta Conjuntura Abril 2015

* Taxa de câmbio anual média

A taxa de câmbio influencia o turista brasileiro em optar por viagens internacionais. O que se percebe na Tabela 4 é o comportamento do turista em função da relativa estabilidade na taxa de câmbio que, mesmo em anos que revelem alta da taxa, os pacotes internacionais de viagens são contratados por turistas brasileiros com antecedência. Ou seja, contrata-se a viagem, geralmente, no ano anterior à sua realização. Por isso, o saldo negativo na conta turismo, mesmo com alta na taxa de câmbio pode ser reflexo de pacotes de viagens adquiridos no ano anterior ao da realização da viagem.

Outro fator importante que a atividade turismo suscita é a necessidade de se realizar a análise do impacto econômico provocado, sendo que para isso é preciso investigar os dados relativos à composição do PIB no tocante à contribuição da atividade turismo na economia do país. Isso pode ser feito por meio da utilização dos dados da Conta Satélite de

Turismo⁵ (CST).

Como já visto na introdução, o que define produto turístico é a demanda do turista por bens e serviços os mais variados possíveis.

Turistas consomem combustível, remédios, equipamentos esportivos, artesanato, frutas, cartões-postais e diversos outros itens que fazem parte de diferentes atividades pouco associadas com o turismo. Turismo é, portanto, um segmento transversal que permeia cada atividade da economia de maneira diferente⁶ (SANTOS e KADOTA, 2012, p. 376).

Em se tratando de um segmento transversal, torna-se necessário adotar procedimentos que reorganizem os dados relativos aos gastos turísticos que estão relacionados diretamente com o fluxo de turistas, ou seja, com o consumo exclusivamente realizado por turistas.

Na CST, a mensuração do PIB turístico é realizada pelas óticas da receita e da despesa influenciando assim o balanço de pagamentos, dando a ideia de que o setor turismo é exportador e importador de bens e serviços. Essa afirmativa remete ao raciocínio de que o produto turístico exportado é entregue ao consumidor onde foi originado, ou seja, o turista consome no destino turístico. Kadota e Rabahy (2003) salientam a importância de se isolar a contribuição das atividades turísticas, dada a complexidade das suas inter-relações com os demais setores econômicos.

Em termos de geração de renda, torna-se necessário verificar qual a participação do turismo no PIB brasileiro, medindo sua evolução sem perder de vista que a composição do PIB turístico inclui em seu cálculo a renda gerada pelo turista estrangeiro somada à renda gerada pelo turismo interno. Ver-se-á com detalhes a participação da atividade turística no PIB total do Brasil na próxima seção.

2.2 Turismo doméstico

Dimensionar o mercado de turismo é um grande desafio quando se trata da demanda em seu fluxo interno (FIPE, 2012). Em pesquisa realizada para o ano de 2011, constata-se que 44,0% dos domicílios com viajantes, por tipo de viagem, realizaram viagem doméstica o que demonstra o potencial do turismo interno, conforme o Quadro 1.

⁵ Cabe aqui a ressalva de que a Conta Satélite do Turismo ainda não é realidade no Brasil. Para uma definição, ver Santos e Kadota (2012, p.376).

⁶ Grifo nosso

Quadro 1: Proporção de domicílios urbanos com viajantes, por tipo de viagem

Proporção de Domicílios Urbanos com Viajantes: Tipo de Viagem e Total	
Tipo de Viagem	(%)
Doméstica	44,0
Rotineira	7,0
Internacional	4,3
Total: Realizou pelo menos 1 desses tipos de viagem	48,5

Fonte: FIPE / Ministério do Turismo.

Na edição do mesmo relatório para o ano de 2002, o tipo de viagem doméstica representava 36,4%, tipo de viagem rotineira 9,1% e tipo de viagem internacional 1,7%, totalizando 40,8%. Percebe-se que as viagens domésticas cresceram algo em torno de 7,6 pontos percentuais, significando variação de 20,88%.

Importante mensurar também qual o volume de gastos médios realizados no destino e, para isso, o relatório da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, em conjunto com o Ministério do Turismo traz, conforme Quadro 2, os seguintes dados para o ano de 2011:

Quadro 2: Gasto médio nas viagens domésticas

Gasto Médio nas Viagens Domésticas, por Motivo (em R\$)				
Gasto Médio (em R\$)	Principal Motivo			
	Lazer	Negócios	Outros	Total
Gasto médio	1.155,56	1.267,81	763,64	1.128,3
Gasto per capita	494,40	985,91	436,66	521,2
Gasto per capita diário	57,09	88,27	44,66	57,6

Fonte: FIPE / Ministério do Turismo

O turismo de Negócios lidera o *ranking* entre os três motivos em virtude de detalhes que são peculiares nesse tipo de motivação como, por exemplo, a classe de renda do turista de negócios e o seu número de acompanhantes que, no caso, é menor do que para o motivo Lazer. Isso faz com que o gasto per capita do motivo Negócios seja quase o dobro do motivo Lazer.

Outro dado bastante interessante para a análise da demanda doméstica diz respeito à caracterização dos estados e dos municípios como emissor ou receptor de turistas. No relatório da FIPE 2012, os nove estados nordestinos estão entre os trinta destinos mais visitados nas viagens domésticas no país, o que pode ser constatado no Quadro 3.

Quadro 3: Destinos mais visitados nas viagens domésticas (%)

Ranking	Destinos	%
1º	São Paulo - SP	5,5
2º	Rio de Janeiro - RJ	3,6
3º	Salvador - BA	2,2
4º	Fortaleza - CE	2,1
5º	Brasília - DF	1,9
6º	Recife - PE	1,8
7º	Natal - RN	1,8
8º	Curitiba - PR	1,7
9º	Florianópolis - SC	1,7
10º	Belo Horizonte - MG	1,5
11º	Goiânia - GO	1,5
12º	Porto Alegre - RS	1,3
13º	Caldas Novas - GO	1,3
14º	João Pessoa - PB	1,1
15º	Teresina - PI	0,9
16º	Maceió - AL	0,8
17º	Praia Grande - SP	0,8
18º	Guarujá - SP	0,8
19º	Aparecida - SP	0,8
20º	São Luís - MA	0,8
21º	Porto Seguro - BA	0,7
22º	Santos - SP	0,7
23º	Cabo Frio - RJ	0,7
24º	Ubatuba - SP	0,7
25º	Balneário Camboriú - SC	0,6
26º	Belém - PA	0,6
27º	Manaus - AM	0,6
28º	Aracaju - SE	0,6
29º	Gramado - RS	0,6
30º	Campinas - SP	0,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE.

A região Nordeste tende a ser um receptivo potencial por conta de seus estados possuírem atrativos baseados no turismo de sol e praia, ecoturismo e turismo de aventura. Os estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte figuram entre os dez primeiros destinos mais visitados nas viagens domésticas. Já a colocação dos estados da Paraíba, do Piauí, de Alagoas, do Maranhão e de Sergipe, no *ranking* apresentado, sugere uma demanda potencial, que pode ser melhor explorada, através de políticas de turismo que promovam a divulgação do destino turístico com eficiência, ampliando dessa maneira o fluxo turístico.

2.2.1 Principais estados emissores e receptores de turistas

Torna-se importante para promoção de políticas direcionadas às atividades turísticas, conhecer como cada Estado é classificado em relação à sua característica de ser emissor ou receptor de turistas. O Quadro 4 traz essa classificação.

Quadro 4: Participação relativa entre emissor e receptivo nas viagens domésticas por UF

U.F.	% Emissivos	% Receptivos	Relação (%) ⁷
SP	22,5	19,4	1,2
RJ	8,6	8,3	1,0
MG	8,0	6,9	1,2
RS	7,4	6,5	1,1
PR	5,9	5,7	1,0
BA	5,6	7,8	0,7
GO	4,9	4,9	1,0
PE	4,8	4,8	1,0
SC	4,4	6,3	0,7
CE	3,9	5,5	0,7
MA	3,2	2,8	1,3
RN	2,3	2,8	1,1
PB	2,1	2,1	1,2
PI	2,1	2,0	0,9
DF	2,1	1,9	1,1
PA	2,0	2,1	0,8
ES	1,6	1,9	0,9
MT	1,5	1,5	1,0
AM	1,5	1,2	1,3
MS	1,4	1,5	0,9
AL	1,1	1,5	0,7
TO	0,7	0,8	0,9
SE	0,7	1,0	0,7
RO	0,6	0,4	1,4
RR	0,4	0,3	1,3
AC	0,4	0,3	1,4
AP	0,3	0,1	2,6

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados da FIPE.

Esse nível de detalhamento propicia o direcionamento dessas políticas que podem e devem ser aplicadas com o objetivo de ampliar o fluxo turístico, por exemplo, aumentando sua participação no cenário nacional e promovendo desenvolvimento e crescimento econômico.

A FIPE 2011 esclarece que a região Sudeste está classificada em 40,8% emissor e 36,5% receptivo. No Nordeste, a classificação é de 25,8% emissor e 30,0%

⁷ A relação é calculada dividindo-se o percentual emissor pelo percentual receptivo (em %).

receptivo. É de se esperar tal resultado porque os estados do Sudeste são mais ricos do que os do Nordeste e, portanto, as famílias tendem a viajar mais, inclusive internamente.

Para a região Nordeste, do total de receptivos em nível de Brasil, a Bahia, o Ceará e o Pernambuco participam com 18,1% e os demais estados com 10,2%, deixando claro, mais uma vez, que há indícios de uma demanda reprimida na região.

Verifica-se também, sob a ótica interregional que, de acordo com a metodologia utilizada no Quadro 4 para apuração da relação entre emissivo e receptivo, valores abaixo de 1 indicam que o estado é receptivo, e acima de 1 é emissivo. Dessa forma, verifica-se que o Maranhão, o Rio Grande do Norte e a Paraíba se caracterizam como emissivos e a Bahia, o Ceará, o Piauí, a Alagoas e o Sergipe como receptivos, sendo que Pernambuco indica uma relação igual a 1, podendo ser caracterizado como receptivo ou emissivo. Esses dados podem ser visualizados no Quadro 5

Quadro 5: Classificação dos estados nordestinos como emissivo ou receptivo de turistas

U.F.	% Emissivos	% Receptivos	Relação	Receptivo (R) ou Emissivo (E)
Alagoas	1,1	1,5	0,7	R
Bahia	5,6	7,8	0,7	R
Ceará	3,9	5,5	0,7	R
Maranhão	3,2	2,8	1,3	E
Paraíba	2,1	2,1	1,2	E
Pernambuco	4,8	4,8	1,0	E
Piauí	2,1	2,0	0,9	R
Rio Grande do Norte	2,3	2,8	1,1	E
Sergipe	0,7	1,0	0,7	R

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE.

2.2.2 Relação por receita e gastos de turistas

Ao observar os gastos realizados pelos turistas nas viagens, a partir dos dados apresentados no relatório FIPE, para o ano de 2011, a região Sudeste é o principal emissor do país cuja participação, em relação à receita e aos gastos de turistas é de 43,8%, porém, enquanto receptivo, sua participação é de 35,0%.

Para a região Nordeste, o que se percebe é que a característica de receptivo também se concretiza, na análise dos dados, sendo a relação por receita e gastos para a região de 30,8% para receptivo e apenas 18,1% para emissivo. O Quadro 6 evidencia essa distribuição.

Quadro 6: Fluxos de gastos e receitas turísticas em viagens domésticas, por região (em %)

Região de Origem	Região de destino					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Centro-Oeste	4,0	3,9	0,7	3,4	1,4	13,4
Nordeste	0,9	12,2	0,5	3,7	0,8	18,1
Norte	1,1	1,6	3,0	1,3	0,4	7,3
Sudeste	3,6	10,9	0,8	23,5	5,1	43,8
Sul	0,7	2,2	0,1	3,2	11,2	17,4
Total	10,3	30,8	5,0	35,0	18,9	100,0

Fonte: FIPE.

Na análise da composição da receita de cada região, dos 30,8% do total da região Nordeste como região receptora, 67,6% tem origem na própria região, 28,9% se origina no Centro-Oeste, 24,8% no Sudeste, 22,4% no Norte e 12,6% no Sul.

Percebe-se daí que o turismo interno tem uma relevância significativa para o Nordeste, pois em comparação com as outras regiões, o Nordeste lidera o *ranking* acompanhado do Sul (64,3%), Sudeste (53,6%), Norte (40,4%) e Centro-Oeste (30,2%).

Esses dados reforçam a característica de turismo receptivo da região Nordeste e, quando calculados em termos de participação relativa de gastos por receita, torna-se notória essa evidência conforme demonstra o Quadro 7.

Quadro 7: Participação relativa gastos e receitas (em %)

Região de Origem	% Gastos	% Receitas	Relação
	(1)	(2)	(3) = (1)/(2)
Centro-Oeste	13,4	10,3	1,3
Nordeste	18,1	30,8	0,6
Norte	7,3	5,0	1,5
Sudeste	43,8	35,0	1,3
Sul	17,4	18,9	0,9
Total	100,0	100,0	1,0

Fonte: FIPE

Da mesma forma como foi vista, a participação relativa entre o emissor e o receptor nas viagens domésticas por Unidade da Federação (UF), tem-se no Quadro 8 a participação relativa entre o emissor e o receptor nos gastos e receitas por UF.

Quadro 8: Participação relativa entre o emissor e o receptor nos gastos e receitas por UF

UF	% Gastos	% Receitas	Relação
SP	26,5	18,9	1,4
RJ	9,0	8,8	1,0
PR	7,4	6,1	1,2
MG	6,7	5,4	1,2
RS	6,4	5,6	1,1
GO	5,4	5,3	1,0
BA	4,4	8,7	0,5
DF	4,3	2,2	1,9
PE	3,9	4,8	0,8
SC	3,5	7,2	0,5
PA	2,3	1,9	1,2
CE	2,2	5,6	0,4
MT	2,1	1,4	0,4
MA	2,0	1,9	0,5
AM	1,9	1,3	1,4
PI	1,9	1,5	1,0
MS	1,6	1,4	1,1
ES	1,6	1,8	1,3
PB	1,4	1,9	0,7
RN	1,3	3,2	0,4
AC	0,8	0,3	2,7
RO	0,8	0,4	1,8
AL	0,6	2,1	0,3
TO	0,6	0,7	0,8
AP	0,5	0,2	3,6
SE	0,4	1,0	0,4
RR	0,3	0,3	1,2
TOTAL	100	100	1,0

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos dados da FIPE

Para a análise da relação entre emissor e receptor, sob a ótica dos gastos e das receitas, a região Nordeste mantém as características de receptor, sendo que a Bahia e o Pernambuco aparecem entre os dez primeiros Estados.

2.2.3 Considerações sobre a atividade turismo e o PIB

Por último, analisa-se qual o impacto da renda gerada pela atividade turismo em relação ao Produto Interno Bruto – PIB brasileiro. Para isso, convém ressaltar que nessa conta são consideradas as atividades características do turismo, segundo o IBGE: Serviços de

alojamento; Serviços de alimentação; Transporte ferroviário; Transporte rodoviário; Transporte aéreo; Transporte aquaviário e Serviços auxiliares dos transportes; Atividades de agências e organizadores de viagens; Aluguel de bens móveis; Atividades recreativas, culturais e desportivas.

Para efeito de cálculo da participação do PIB turístico no PIB total do Brasil, convém ressaltar que o turismo está inserido no segmento de serviços, sendo esse segmento o que representa a maior participação na composição do PIB total, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Participação do PIB setorial no PIB total do Brasil - 2002/2011 (Em %)

Ano	SETORES		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
2002	6,4	26,2	67,3
2003	7,2	27,0	65,8
2004	6,7	28,7	64,6
2005	5,5	28,6	65,9
2006	5,1	27,8	67,1
2007	5,2	27,1	67,7
2008	5,4	27,4	67,2
2009	5,3	25,7	69,1
2010	4,9	27,4	67,8
2011	5,1	27,2	67,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No período de 2002 a 2011, a participação dos setores serviços e indústria no PIB manteve a média de 67% e 27%, respectivamente. A título de observação, o setor agropecuária, a partir do ano de 2005 inicia queda na participação do PIB total, mas o que se pode perceber é que não houve migração para os outros setores. Os números do PIB turístico para o período 2004 a 2009⁸ podem ser vistos no Quadro 9:

⁸ O corte para o período ocorreu por conta da não disponibilidade dos dados para anos anteriores e posteriores ao período.

Quadro 9: Valor bruto da produção, a preços constante do ano anterior e corrente – 2004/2009
- (milhões de R\$)

ANO		TOTAL ECONOMIA	TOTAL TURISMO	PARTICIPAÇÃO	
				Constante	Corrente
2004	Constante	3.160.017	118.332	3,7%	
	Corrente	3.429.629	120.847		3,5%
2005	Constante	3.533.945	127.586	3,6%	
	Corrente	3.782.864	134.193		3,5%
2006	Constante	3.912.380	139.853	3,6%	
	Corrente	4.118.114	149.642		3,6%
2007	Constante	4.369.273	157.950	3,6%	
	Corrente	4.624.012	168.830		3,7%
2008	Constante	4.855.834	177.206	3,6%	
	Corrente	5.308.961	189.348		3,6%
2009	Constante	5.234.744	198.684	3,8%	
	Corrente	5.480.741	213.269		3,9%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O turismo no Brasil durante o período 2004/2009 contribuiu em média com 3,9% do valor bruto da produção e com crescimento médio em torno de 12% ao ano. Para o ano de 2014⁹, o setor contribuiu com 9,2% do VBP no país, o que equivale a R\$ 443,7 bilhões e coloca o país na sexta posição mundial.

No *ranking* mundial, elaborado pelo Ministério do Turismo (2013) para os dados do ano 2012, o Brasil ocupa a sexta posição com participação direta do turismo no PIB em torno de US\$ 76,9 bilhões, conforme demonstrado no Quadro 10.

⁹ Matéria veiculada no site do Ministério do Turismo sob o título “Economia do Turismo Cresce no Brasil”.

Quadro 10: Ranking mundial da contribuição do setor turismo para o PIB – (bilhões US\$)

Posição	País	Valor em 2012
1	Estados Unidos	438,5
2	China	215,4
3	Japão	127,7
4	França	99,7
5	Itália	81,9
6	Brasil	76,9
7	Espanha	73,3
8	México	68,3
9	Reino Unido	58,4
10	Alemanha	55,4

Fonte: Ministério do Turismo / Secretaria Executiva / DGE - Brasília, 14/12/2014
<http://monitoramento.mtur.gov.br/pnt/indicadores/pib>.

É importante destacar que a contribuição do turismo no PIB não significa participação percentual. Países com o PIB maior do que o do Brasil, podem apresentar um percentual do turismo na economia menor, mesmo com valores absolutos de contribuição do turismo maior.

2.3 Turismo e desenvolvimento regional

Conceituar turismo e desenvolvimento regional perpassa pelo conceito de desenvolvimento endógeno. Isso fica evidente nas teorias de desenvolvimento regional que evoluíram ao longo dos anos sofrendo grandes transformações.

Diniz (2001) declina que o fenômeno globalização modificou sobremaneira os padrões organizacionais e locais e afirma que isto é fruto de radicais mudanças tecnológicas permitindo a indução de novos meios de comunicação e controle, como: informática, telemática, internet, etc.

Essas mudanças ocorreram por conta da globalização das economias e também por conta da própria evolução do conceito de desenvolvimento regional na ciência econômica, o que proporcionou diversificação das alternativas de se planejar o desenvolvimento regional.

A melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação, por sua vez, deu origem a um fenômeno novo que é a possibilidade da

articulação do "local" ao "global", sem a necessária mediação do nacional. Isto implica que ao invés de homogeneização dos espaços econômicos nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre as regiões de um mesmo país, aumentando a competição entre as localidades (DINIZ, 2001, p.3).

Segundo Amaral Filho (1996):

Nos últimos anos, as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram grandes transformações provocadas, de um lado, pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos paradigmas de industrialização e de desenvolvimento local e, de outro, pelos novos paradigmas surgidos no âmbito da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento, cujo destaque corre à conta da *teoria do crescimento endógeno*. (AMARAL FILHO, 1996, p. 36)

Silva Filho e Carvalho (2001) argumentam que as forças econômicas endógenas comandam o processo de crescimento, superando forças exógenas, pois para estas o mercado interno não exerce qualquer tipo de controle e, por esses motivos, as forças internas podem consolidar o crescimento econômico local/regional.

Diniz (2001) faz algumas considerações acerca da teoria do desenvolvimento regional dizendo que, até a década de 1940, essa teoria se restringia à teoria local das atividades econômicas, pois sua sustentação se dava em função de modelos como os de Von Thunen, Weber, Christaller e Losch, modelos esses ressurgidos após a II Guerra Mundial.

Para Silva Filho e Carvalho (2001), os economistas neoclássicos iniciaram uma “oposição” na análise econômica do desenvolvimento regional relatando que “as burocracias e as regulações estatais sufocam o investimento privado e distorcem preços tornando as economias em desenvolvimento ineficientes”. Dessa forma, a teoria de desenvolvimento passa por reformulações que trazem à tona a relevância de se buscar novas estratégias para redução das diferenças regionais com o objetivo de alcançar o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento endógeno, segundo Amaral Filho (1996) é um processo de internalização contínua da ampliação da capacidade da região agregar valor sobre a produção, mas também, da capacidade de absorver seu excedente econômico, bem como promover a atração de excedentes oriundos de outras regiões.

Portanto, o desenvolvimento endógeno se consolida quando há aumento de valor da produção local não só para atender exportações, mas também gerando excedentes que sejam absorvidos localmente.

Outro fator relevante que Diniz (2001) elucida é a questão da fluidez do mercado globalizado e da mobilidade de capital que, de alguma forma, busca se instalar em localidades cuja lucratividade seja maior e isso provoca a competição entre as localidades na tentativa de atrair mercados e capitais, sendo que para isso o país, local ou região prescindem estar preparados para os receber.

O sucesso econômico de cada país, região ou localidade passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada de sua inovação (DINIZ, 2001, p.6).

Fica evidente que a atividade turismo tem a capacidade de assim proceder podendo ser considerado como um produto endógeno.

Com essas características, o desenvolvimento endógeno provocado pelo turismo amplia as possibilidades de relações inter e intra regionais abrindo a fronteira local para inserção de atividades diferentes das locais de forma sustentável além de melhorar as estruturas internas da região.

Segundo Amaral Filho (1996), existem três fontes para promoção do desenvolvimento endógeno, ei-lás: 1 – o novo papel do Estado Federado; 2 – estratégia de desenvolvimento regional ou local e 3 – valorização dos novos fatores de produção. Dessas três, a segunda está diretamente relacionada com:

(...) fatores locacionais econômicos capazes de criar um polo de crescimento, com variados efeitos multiplicadores que se propagam de maneira cumulativa e transformam a região em um aglutinado de fatores e novas atividades econômicas. (AMARAL FILHO, 1996, p. 60)

A estratégia de desenvolvimento regional ou local como fonte para promoção do desenvolvimento endógeno deve ocorre através de investimentos no segmento de infraestrutura e deve ser focada na cadeia de atividades interligadas (HIRSCHMAN, 1958).

O turismo possui uma cadeia diversificada de atividades interligadas com o restante da economia e, por esse motivo, consolida-se como uma das melhores opções para consecução do desenvolvimento endógeno sustentado.

O segmento Turismo é a opção que muito se aproxima do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii)

grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) flexibilização; (iv) alto grau de multiplicação da renda local; (v) indústria limpa; e (vi) globalização da economia local, por meio do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito trade-off em relação ao crescimento da economia local, e sim o contrário. (AMARAL FILHO, 1996, p. 60)

Outro fator a ser considerado é que a cadeia produtiva da atividade turismo no local amplia a produção de bens de consumo para atender ao turista. Isso gera, por sua vez, emprego e renda localmente refletindo no aumento do consumo interno por residentes que estão inseridos no mercado de trabalho correlato à atividade turismo, gerando um efeito multiplicador de emprego e de renda.

3. MÉTODOS DE IMPACTO ECONÔMICO EM TURISMO

Este capítulo versa sobre a metodologia e todo o arcabouço teórico acerca da utilização da Matriz de Insumo-Produto Regional como ferramenta de análise do impacto econômico da atividade turismo no Nordeste do Brasil.

3.1 Métodos de impacto econômico

São vários os métodos que podem ser utilizados para auxiliar no cálculo do impacto econômico do turismo dando subsídios para decisões das mais variadas possíveis quer seja no setor privado, quando existe a necessidade de analisar variáveis como viabilidade econômica e financeira de projetos e retorno de investimento, quer seja no setor público, quando existe a necessidade de definir políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do turismo (STYNES, 1997).

Escolher o melhor método requer critério e definições bem elaborados para não incorrer em métodos que subestimem os impactos econômicos do turismo trazendo para discussão informações equivocadas que possam gerar decisões inadequadas tanto para o setor privado quanto para o setor público.

Stynes (1997) define sete métodos que podem ser utilizados para análise do impacto econômico do turismo, indiretamente, ele cita os seguintes aspectos:

- 1) **Análise de Impacto Econômico** – mede qual a contribuição da atividade turística par a economia, traçando os fluxos de gastos associados à atividade turística e os impactos nas rendas, nas receitas e nos postos de trabalho, utilizando dados como os gastos dos visitantes, analisando dados secundários de estatísticas econômicas de órgãos governamentais, modelos de base econômica e modelos de insumo-produto e multiplicadores;
- 2) **Análise de Impacto Fiscal** – analise as receitas do governo provenientes da atividade turística como impostos, taxas e outras fontes de receitas que custeiam os serviços de infraestrutura, identificando demandas por serviços públicos e estimando as receitas e os custos para o governo local;
- 3) **Análise Financeira** – determina se um negócio irá gerar receitas suficientes para cobrir

os seus custos e obter lucro satisfatório, incluindo uma análise de curto prazo da disponibilidade e custos de capital inicial bem como uma análise da evolução da dívida, dos custos operacionais e das receitas, sendo esta análise para o setor privado análoga à análise fiscal para o setor público;

- 4) Análise de Demanda – analisa o comportamento do turista em função das modificações de preços, promoções, concorrência, quantidade e qualidade de instalações, fazendo estimativas e prevendo números e/ou tipos de visitantes, utilizando séries históricas e modelos para captar como será a variação de gastos à partir das variações das características da demanda;
- 5) Análise de Custo-Benefício – estima a eficiência econômica de políticas alternativas comparando benefícios e custos ao longo do tempo identificando as políticas mais eficientes do ponto de vista do bem-estar social incluindo valores monetários e não monetários, fazendo uso de uma ampla gama de métodos para estimar os valores de bens e serviços não tangíveis como, por exemplo, o custo de viagem em função do tempo de viagem e métodos de avaliação de contingenciamento.
- 6) Estudos de Viabilidade – determina se o projeto ou política deve ou não se realizado envolvendo análise financeira, análise de demanda de mercado, sendo análogo ao método benefício custo para o setor público. O estudo de viabilidade se concentra na análise de benefícios e custos para a empresa.
- 7) Avaliação de Impacto Ambiental – determina os impactos de uma ação proposta sobre o meio ambiente incluindo mudanças nos sistemas sociais, culturais, econômicos, biológicos, físicos e ecológicos.

A literatura nos trás outros métodos como, por exemplo, a econometria. Porém, Andrade (2002) alerta para a necessidade de, em se utilizando o método econométrico, melhorar a coleta de dados principalmente das variáveis explicativas, bem como ser criterioso na escolha de boas variáveis *proxies* para evitar efeitos de multicolinearidade.

Outro método citado na literatura é o modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC) que segundo Viana, Domingues e Diniz (2014) são modelos que vêm sendo amplamente utilizados para a avaliação de políticas públicas no exterior e no Brasil.

No que se refere às experiências internacionais, usando modelos de EGC, pode-se destacar Kweka (2004), que examinou os impactos econômicos do turismo na economia da Tanzânia; Bohlmann e Heerden (2005), que analisaram os impactos da copa do mundo de 2010 na África do Sul. Além do trabalho de Blake (2005), que avaliou os impactos das olimpíadas de Londres (2012) (VIANA, DOMINGUES e DINIZ, 2014, p.55).

Nota-se que o modelo EGC se adequa a estudos relacionados com o turismo, porém Cooper *et al.* (2007), apud Ribeiro *et al.* (2014), considera que esses modelos “(...) tendem a subestimar os impactos econômicos da atividade turística, na medida em que são baseados em hipóteses de capacidade total e de equilíbrio de mercado.”

No entanto, Taylor (2010) alerta para o fato de que a matriz de insumo-produto tende a superestimar os resultados e que modelos de equilíbrio geral computável (EGC) se tornam mais eficientes para reduzir a superestimação que pode ocorrer nos modelos de insumo-produto (por serem predominantemente lineares), afirmando que os modelos EGC incluem funções de produção e consumo mais gerais (normalmente não lineares) (TAYLOR, 2010), e que, por este motivo, além de demandar mais tempo para sua construção, torna-se mais difícil criar modelos de EGC do que modelos de insumo-produto.

Uma das principais vantagens dos modelos de insumo-produto em relação aos de EGC é a facilidade de operacionalização do primeiro. Além disso, os últimos são construídos de acordo com pressupostos neoclássicos restritivos baseados na hipótese de otimização dos objetivos individuais dos agentes econômicos e existência de equilíbrio de mercado (ROSE, 1995).

Haddad e Porsse (2013) alertam que diversos estudos que avaliam impactos da atividade turística tendem a superestimar os efeitos regionais, pois, usualmente, os modelos são desenvolvidos para apenas uma região. Dessa forma, as interligações entre regiões não são capturadas, ou seja, essa unidade espacial está isolada ou desconexa do resto do país na qual ela está inserida (MILLER E BLAIR, 2009).

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho para avaliar o impacto dos gastos turísticos foi baseada em um modelo interregional de insumo-produto, o qual está inserido no primeiro item dos sete já relacionados como possibilidade de se realizar estudos sobre impacto econômico.

3.2 O modelo de insumo-produto

A cadeia produtiva do turismo envolve diversos setores da economia que se relacionam intensamente. A Matriz de Insumo-Produto (MIP), ao longo do tempo, vem se constituindo uma importante ferramenta para mensurar e analisar as interrelações entre os setores da economia e auxiliar os formuladores de políticas públicas a direcionar esforços para elaborar ações que vão desde incentivos a investimentos do setor privado até investimentos em infraestrutura pública que proporcionem dinâmica à economia local tendo como

consequência desenvolvimento econômico.

Segundo Schmitz, Viero e De Cezaro (2010), a MIP faz uso de coeficientes técnicos de produção descrevendo as relações entre as indústrias, possibilitando determinar qual nível de produção será necessário para satisfazer metas econômicas através, de planejamento resultando em estimulação do crescimento econômico.

Os autores acima destacam a MIP como um esquema detalhado que permite, indiretamente a seguinte transcrição:

- A identificação dos setores que apresentam potenciais níveis de multiplicação de investimentos, gerando aumento da renda e emprego;
- Constatação dos padrões de produção que se fazem necessários em cada setor, para suprir a demanda intermediária e final de cada setor analisado, otimizando dessa forma, os níveis de produção;
- Projetar impactos sobre o mercado, causados pela implantação de políticas econômicas (subsídios, carga tributária, barreiras alfandegárias, etc);
- Projetar impactos ambientais e previsões de exaustão de recursos oriunda da atividade industrial;
- Constatação e comparação, com elevado grau de precisão, das reais condições econômicas dos diversos países que se utilizam do método para a demonstração das contas nacionais.

Carvalho (1998) declara que “a matriz de insumo-produto é o instrumento da contabilidade social que permite conhecer os fluxos de bens e serviços produzidos em cada setor da economia, destinados a servir de insumos a outros setores e para atender à demanda final”, e afirma, ainda, que o seu uso aliado a outros métodos permite capturar a interação entre os setores e simular comportamentos da economia como um todo.

A MIP foi criada por Wassily Leontief na década de 1930 e é utilizada largamente até os dias de hoje e isso se deve ao fato de que a MIP é uma ferramenta que revela com praticidade a “interdependência de quantidades entre atividades econômicas inter-relacionadas” (LEONTIEF, apud GUILHOTO, 2011).

A assertiva de Guilhoto consolida as colocações sobre o assunto:

Uma economia funciona, em grande parte, para equacionar a demanda e a oferta dentro de uma vasta rede de atividades. O que Leontief conseguiu realizar foi a construção de uma “fotografia econômica” da própria economia; nesta fotografia, ele mostrou como os setores estão relacionados

entre si - ou seja, quais setores suprem os outros de serviços e produtos e quais setores compram de quem. O resultado foi uma visão única e compreensível de como a economia funciona - como cada setor se torna mais ou menos dependente dos outros (GUILHOTO, 2011, p. 11).

Esquemáticamente, pode-se verificar essa interdependência entre os diversos setores de uma economia através da Figura 2 abaixo que mostra o comportamento do processo de produção e como se dá essa relação.

Figura 2: Relações de insumo-produto

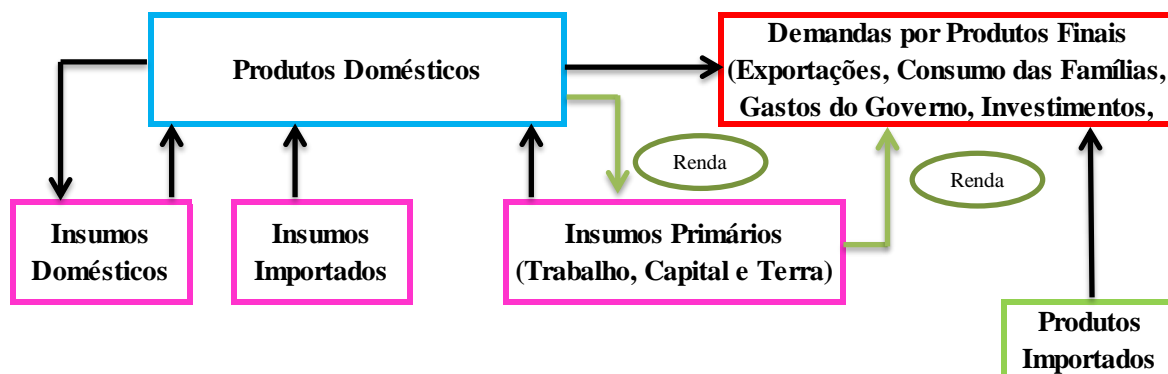
Setores Compradores			
Set. Vend	Insumos Intermediários	Dem. Final	Prod. Total
	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	IIL	
	Importações (M)	M	
	Valor Adicionado		
	Produção Total		

Fonte: Guilhoto 2011.

A Figura 2 representa um modelo simplificado da MIP, mostrando como setores compradores (colunas) se relacionam com setores vendedores (linhas), esclarecendo como os insumos intermediários se transformam em produção total após receberem incidência dos impostos indiretos pagos, das importações e do valor adicionado a exemplo de salários e de remuneração do capital.

Guilhoto (2011) resume toda essa relação num fluxograma do modelo de insumo-produto, que é reproduzido na Figura 3:

Figura 3: Fluxograma do modelo de insumo-produto



Fonte: Guilhoto 2011

A MIP desagrega a produção não só por setor, mas também por região, possibilitando verificar como se dá essa interrelação setor x setor ou setor x região.

Para um modelo regional, a produção deve ser desagregada por setor e por região de origem e de destino descrevendo as relações interregionais hierarquicamente dispostas, estruturando a análise do impacto nas economias locais. Richardson (1978, p. 20) afirma que “num modelo regional completo o objetivo seria desagregar a produção por setor e por região de origem e destino, de modo que o modelo descrevesse o comércio inter-regional bem como a produção regional”.

Dessa forma, torna-se necessária a obtenção de dados secundários que, no Brasil, são fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE desde a década de 1970, através de duas tabelas.

Apesar da tabela de insumo-produto regional baseada em levantamentos ainda ser o tipo comum de estudo, são cada vez mais frequentes as tabelas baseadas em dados secundários, especialmente quando as restrições de tempo e de custos são severas. Uma alternativa mais satisfatória, apesar de pouco testada, seria uma tabela de coeficientes ajustados, reforçada com linhas e colunas baseadas em pesquisas de campo para os setores-chaves (RICHARDSON, 1978, p. 22).

A tabela de insumo-produto, segundo Richardson (1978, p. 23) “desempenha duas funções separadas”. A primeira mostra as relações entre indústrias e setores bem como entre insumos e produtos, e isto se deve ao fato dela possuir uma estrutura descritiva, e a segunda função funciona também como “um instrumento analítico para medir o impacto de perturbações autônomas sobre a produção e a renda de uma economia”.

Os modelos de insumo-produto apresentam consistência e praticidade levando vantagem sobre os modelos que utilizam a contabilidade de renda como ferramenta de análise do impacto econômico e isso se deve ao fato de que, segundo Richardson (1978, p. 23) “(...) a contabilidade de insumo-produto divide o setor empresarial num grande número de indústrias ou de setores individuais e registra as transações ocorridas entre cada setor; esses fluxos intersetoriais aparecem como uma matriz de transações interindustriais”.

Fica evidente que o modelo insumo-produto leva vantagem em relação a outros modelos porque apresenta a possibilidade de relacionar os diversos setores de uma economia com as diversas regiões que compõem essa mesma economia, promovendo a desagregação setorial e possibilitando avaliar impactos na economia, a partir de choques exógenos exercidos em algum componente da demanda final.

3.2.1 Especificação do Modelo de Insumo-Produto

De acordo com Miller e Blair (2009), a formulação básica do modelo de insumo-produto pode ser representada pela equação 1.

$$AX + Y = X \quad (1)$$

Em que A é a matriz de Coeficientes Diretos de insumo cuja ordem é (n x n), e os vetores colunas de ordem (n x 1) X e Y ordenam respectivamente os valores da produção total (X) e os valores da demanda final de cada setor (Y).

A demanda final é tratada como exógena ao sistema e isto implica que:

$$X = BY \quad (2)$$

$$X = (I - A)^{-1} Y \quad (3)$$

Em que B é a matriz Inversa de Leontief $(I - A)^{-1}$. Desse modo, a equação 3 apresenta a solução do modelo de insumo-produto proposto por Leontief (1941, 1966). Dessa maneira, por meio de variações (choques exógenos) na demanda final, obtém-se variações na produção (impacto).

Melhor exemplificando, porém simplificando o modelo, o esquema a seguir mostra a notação de Chiang (1984, p.117) para a tabela de insumo-produto em uma economia dividida em n setores (1,2,3,...,n) onde cada setor produz para outros setores num esquema entrada-saída interligado.

	Input	Output					HH
		1	2	3	...	n	
A =	1	a_{11}	a_{12}	a_{13}	...	a_{1n}	d_1
	2	a_{21}	a_{22}	a_{23}	...	a_{2n}	d_2
	3	a_{31}	a_{32}	a_{33}	...	a_{3n}	d_3

	n	a_{n1}	a_{n2}	a_{n3}	...	a_{nn}	d_n
HH		P_1	P_2	P_3	...	P_n	-

No esquema acima a_{11} representa a quantidade de entrada na indústria 1(i) em unidades monetárias necessárias para produzir o equivalente a uma unidade de produção do item 1(j) nessa mesma indústria. Da mesma forma a_{21} representa a quantidade produzida na indústria 2(i) necessária para produção de uma unidade monetária do item 1(j).

As letras HH definem o setor doméstico que, segundo Blaine (1993) é considerado distinto de todos os setores de produção n . Lendo a coluna HH d_i representa a demanda total de insumos de cada setor (1, 2, 3, . . . , n) e, lendo a linha HH p_j representa o pagamento realizado por cada indústria j (1, 2, 3, . . . , n) para produzir.

Para apurar quantas unidades monetárias serão demandadas para cada indústria j produzir uma unidade monetária o total de pagamentos necessários é dado por:

$$a_{1j} + a_{2j} + a_{3j} + \dots + a_{nj} + P_j = \sum_{i=1}^n a_{ij} + p_j \quad (4)$$

Blaine (1993, p. 665) exemplifica essa notação em seu texto, onde cada termo da tabela de insumo-produto a_{ij} funciona como um coeficiente de entrada que deve ser interpretado como sendo o valor da mercadoria 1 necessário para produzir uma unidade da n -ésima mercadoria.

Segundo Richardson (1978, p. 32), num modelo para três regiões, representado

abaixo, somando-se horizontalmente as linhas, teremos as vendas de cada indústria regional e, somando-se as colunas teremos as compras de cada indústria. Portanto o valor total da produção da indústria i na região r será dada pela equação linear:

$$X_i^r = X_i^{rr} + X_i^{rs} + X_i^{rt} \quad (5)$$

A Figura 4 representa esquematicamente um modelo inter-regional de insumo-produto com t regiões e n setores.

Figura 4: Modelo inter-regional de insumo-produto

Para De	Região r 1 ... n	Região s 1 ... n	Região t 1 ... n
r 1 . . . n	X^{rr}	X^{rs}	X^{rt}
s 1 . . . n	X^{sr}	X^{ss}	X^{st}
t 1 . . . n	X^{tr}	X^{ts}	X^{tt}

Fonte: Richardson, 1978, p. 32.

Desta forma, Richardson (1978, p. 33) deixa claro que, teoricamente, modelos inter-regionais, embora tenham uma quantidade considerável de dados, são os “mais satisfatórios de todos os modelos regionais de insumo-produto” para análise de impacto econômico.

Pode-se afirmar que os modelos interregionais de insumo-produto, podem ser utilizados com bastante eficiência como ferramentas para análise de impacto econômico dos setores ligados à atividade turismo.

Conforme Guilhoto (2011, p. 35) “uma matriz regional apresenta a mesma estrutura de uma matriz nacional”, ou seja, é possível afirmar que a agregação ou desagregação de produtos e de setores específicos de determinada região, não compromete a eficácia da metodologia utilizada nos modelos de insumo-produto, muito menos a consistência da análise de impacto econômico que pode ser feita a partir do tratamento dos dados apresentados na matriz.

Briassoulis (1991) considera que são muitas as ferramentas que podem ser utilizadas para medir o impacto econômico da atividade turismo, mas modelos de insumo-produto ocupam seu espaço.

Em relação ao que se propõe este trabalho, a escolha de utilizar a metodologia da matriz de insumo-produto para mensurar o impacto do turismo em Sergipe e no Nordeste se deve ao fato de que esta é uma ferramenta que possibilita o fácil entendimento de como a atividade turismo se comporta em relação aos estados nordestinos e ao resto do Brasil.

Como já foi dito, o turismo é uma atividade transversal que envolve em sua cadeia produtiva diversos setores da economia. Guilhoto *et al.* (2010) afirma que a análise setorial com o local em que ocorrem as atividades, traz objetividade para esta análise, porque é possível, da mesma forma, avaliar os efeitos de transbordamento para outras regiões. Além disso, “em países de dimensões continentais como o Brasil, os estudos regionalizados são ainda mais importantes para reduzir as desigualdades regionais” (GUILHOTO *et al.* 2010, p. 7).

Ficou evidente que, embora existam diversos métodos para mensurar o impacto econômico do turismo, o método de insumo-produto se mostra eficaz. Isso se deve ao fato de que a sua operacionalização, se comparada com outros métodos, é de fácil entendimento. Para dar continuidade, é necessário realizar as considerações acerca dos dados utilizados neste trabalho, com os quais são simulados, através da MIP regional, os impactos setoriais bem como os efeitos de transbordamentos.

4. BASE DE DADOS E TRATAMENTO DAS VARIÁVEIS

Neste capítulo, realiza-se o tratamento e as considerações sobre a base de dados colhidos na pesquisa e busca-se o tratamento das variáveis.

4.1 Base de dados

Para realizar este trabalho foi utilizada a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e estados, elaborada pelo Banco do Nordeste – BNB em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ano base 2004, que desagregou produtos e serviços da matriz de produção original passando de 111 para 169 produtos na matriz estimada de produção do Nordeste, bem como os setores, que foram desagregados de 55 para 111 setores (GUILHOTO *et al.*, 2010).

A vantagem mais evidente para utilização dessa matriz é a possibilidade da mesma oferecer uma desagregação das principais atividades turísticas, como identificado por IBGE (2012):

1. Transporte rodoviário de passageiros¹⁰;
2. Transporte aéreo de passageiros;
3. Transporte aquaviário de passageiros;
4. Serviços de alojamento; e
5. Serviços de alimentação;

As atividades referentes à Agência de viagens e Cultura e lazer estão agregadas no setor Outros serviços. Convém ressaltar que o turismo não deve ser tratado como um setor isolado da economia, mas sim como um conjunto de atividades que se relaciona com diversos setores econômicos.

¹⁰ Este setor também inclui o serviço de aluguel de transportes.

Na matriz utilizada, foi realizada uma agregação para 52 setores e mantida a abertura espacial de dez regiões sendo os nove estados do Nordeste e o resto do Brasil, resultando numa matriz de dimensão 520 x 520. Essa desagregação seguiu os critérios adotados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE e pode ser encontrada no Anexo 1.

Briassoulis (1991) ressalta que os modelos de insumo-produto vêm sendo utilizados largamente em estudos de impacto econômico do turismo por dois motivos. O primeiro diz respeito à abrangência desse modelo dando total visão da estrutura econômica de determinada região, permitindo identificar as inter-relações entre os setores econômicos que compõem a atividade turismo, e o segundo diz respeito à flexibilidade que, a depender do nível de detalhamento realizado através de aplicativos para tal e de recursos disponíveis, os vários setores da economia podem ser desagregados bem como se verifica os relacionamentos com outros setores (ARCHER e FLETCHER 1988; FLETCHER 1989, apud BRIASSOULIS 1991).

Taylor (2010) ressalta a utilidade da matriz de insumo-produto para realização de simulação econômica porque nela estão os dados que são necessários para criar modelos de análise, e isso se deve à facilidade de criar, a partir dos dados da matriz, os multiplicadores que vão permitir realizar a análise de impacto, dando “uma noção de quão amplas devem ser as relações do turismo em uma economia para atender às presunções básicas decorrentes do multiplicador da matriz insumo-produto¹¹” (TAYLOR, 2010, p. 22).

Um primeiro passo para a análise de impacto é estimar a receita média anual gerada a partir dos gastos realizados pelos turistas em cada estado do Nordeste em 2011. Para isso, utiliza-se a metodologia proposta por Ribeiro, Andrade e Motta (2014) que é dada pela equação 6.

$$RMe = PMe * GMpc * Fe \quad (6)$$

em que:

RMe – receita média anual estimada;
 PMe – permanência média do turista (em dias);
 GMpc – gasto médio diário per capita;
 Fe – fluxo anual estimado.

¹¹ Tradução nossa

Os dados relativos à permanência média do turista em dias e ao gasto médio diário per capita foram obtidos para o ano de 2011 por meio do relatório “Tabelas Turismo Doméstico Nordeste” da FIPE conforme Quadro 11.

Quadro 11: Permanência Média por UF do Nordeste - Ano 2011

ESTADO DE DESTINO	Permanência Média na Principal Viagem Doméstica, segundo U.F. de Destino	Gasto Médio per capita por dia na Principal Viagem Doméstica, segundo U.F. de Destino
	Média Brasil	Média Brasil
Alagoas	8,6	107,14
Bahia	10,5	65,70
Ceará	8,4	78,81
Maranhão	10,8	46,21
Paraíba	10,1	52,02
Pernambuco	9,3	69,32
Piauí	10,1	43,09
Rio Grande do Norte	9,4	74,95
Sergipe	8,8	59,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da "Tabelas Turismo Doméstico Nordeste" – FIPE.

O Quadro 11 mostra que, em termos de permanência média, os nove estados nordestinos têm um alto índice de permanência média (cujas médias são de 8,4 a 10,8 dias), sendo que no relatório executivo¹² elaborado pelo Ministério do Turismo em parceria com a FIPE (2012), a média em nível de Brasil é de 9 dias. Os estados Maranhão, Bahia, Piauí e Paraíba estão acima da média, e Sergipe, Alagoas e Ceará estão abaixo da média.

Em termos de gasto médio per capita diário, os dados apresentados no Quadro 11 revelam que, para o ano de 2011, a média dos nove estados nordestinos é de R\$ 66,29. Segundo a FIPE (2012), a média do gasto per capita diário da demanda doméstica em nível de Brasil para o mesmo ano foi de R\$ 57,60. Alagoas se destaca dos demais estados nordestinos, pois o seu gasto médio diário per capita para o ano de 2011 foi de R\$ 107,14 elevando a média regional. Porém, mesmo excluindo Alagoas, a média seria de R\$ 61,19, portanto, ainda acima da média brasileira.

O fluxo anual estimado para o ano de 2011 foi obtido por meio da Fundação CTI/NE conforme Tabela 6.

¹² Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011

Tabela 6: Fluxo Doméstico Turístico estimado dos estados do Nordeste – 2011- (mil)

Estados	Fluxo
NORDESTE	25.702
Bahia	6.593
Pernambuco	4.558
Ceará	4.614
Rio Grande do Norte	2.754
Alagoas	1.946
Maranhão	2.049
Sergipe	747
Paraíba	1.409
Piauí	1.032

Fonte: Elaboração própria.¹³

O Estado da Bahia lidera o *ranking* no Nordeste, detendo 25,65% do fluxo turístico para o ano de 2011, seguido do Ceará (17,95%) e de Pernambuco (17,73%). O Rio Grande do Norte (10,72%), o Maranhão (7,97%) e as Alagoas (7,57%) se situam acima de 6% do fluxo, ao passo que a Paraíba (5,48%), o Piauí (4,02%) e o Sergipe (2,91%) estão abaixo de 6%. Não há surpresas nesses dados porque, efetivamente, a Bahia, além de ser o estado de maior extensão territorial, detém muitos atrativos turísticos cuja divulgação aliada ao conhecimento que os turistas apreendem acerca desse atrativos já sedimentou no trade turístico nacional e internacional.

Os dados apresentados até o momento, associados às colocações de Souza e Silveira Neto (2008, p. 3) quando dizem que a região Nordeste possui alta “complementariedade climática e geográfica tanto em relação aos países de renda mais elevada, como com respeito aos estados mais ricos do país”, revelam o potencial turístico do Nordeste tanto para turistas domésticos quanto para estrangeiros.

Com esses dados, estimou-se a receita média anual referente ao ano de 2011 para cada um dos nove estados nordestinos.

Torna-se necessário, agora, esclarecer alguns detalhes importantes para a realização da estimação da receita média para cada Estado:

¹³ A partir de GTP/CTI-NE, Órgãos de Turismo dos Estados do Nordeste e PDITS.

1. A matriz utilizada tem seus valores mensurados em R\$ milhão. Portanto, fez-se necessário compatibilizar os valores da receita média anual estimada para a mesma unidade;
2. O ano base da matriz é 2004. Portanto, fez-se necessário deflacionar os valores encontrados a preços de 2011 para preços de 2004. Para isso, utilizou-se o IGP-DI constante obtido junto ao Ipeadata;
3. A receita média anual foi calculada a partir do gasto médio diário per capita estimado, portanto, trata-se de receita média anual “estimada”; e
4. Optou-se por realizar o impacto econômico a partir da demanda turística doméstica em virtude de motivos como, por exemplo, haver poucos estudos para o Nordeste abordando demanda doméstica, os dados disponibilizados pela FIPE para o ano em questão estarem atualizados, existência de forte indicativo de que, para demanda doméstica, existe um potencial reprimido que deve ser estudado.

4.2 Tratamento das variáveis

Os dados relativos à receita média, utilizados para realizar a análise de impacto econômico do turismo nos estados nordestinos estão consolidados na Tabela 7.

Tabela 7: Receita média por estado do nordeste a preços de 2004 – R\$ milhão

ESTADO	Permanência Média (dias) (a)	Gasto Médio per capita (dia) R\$ (b)	Fluxo Estimado (mil) (c)	Receita Média 2011 (a x b x c)	RMe 2004 R\$ milhão
Alagoas	8,62	107,14	1.946	1.797.311.774	1.262
Bahia	10,50	65,70	6.593	4.548.475.326	3.193
Ceará	8,44	78,81	4.614	3.067.403.209	2.154
Maranhã	10,78	46,21	2.049	1.020.708.357	717
Paraíba	10,12	52,02	1.409	741.638.750	521
Pernambuco	9,30	69,32	4.558	2.938.915.228	2.063
Piauí	10,13	43,09	1.032	450.294.153	316
Rio Grande do Norte	9,44	74,95	2.754	1.947.613.521	1.367
Sergipe	8,80	59,40	747	390.490.465	274

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE e da Fundação CTI/NE.

Em termos de Receita Média, percebe-se que para os nove estados nordestinos, a média gerada a partir dos gastos que os turistas realizaram no destino no ano de 2011 foi de R\$ 1,3 milhões. Nesse sentido, Bahia (R\$ 3.193 milhões), Ceará (R\$ 2.154 milhões) e Pernambuco (R\$ 2.063 milhões) lideram o *ranking* ficando muito acima da média. Abaixo da

média estão Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe. Rio Grande do Norte e Alagoas estão próximos da média. O Gráfico 3 convalida a afirmação.

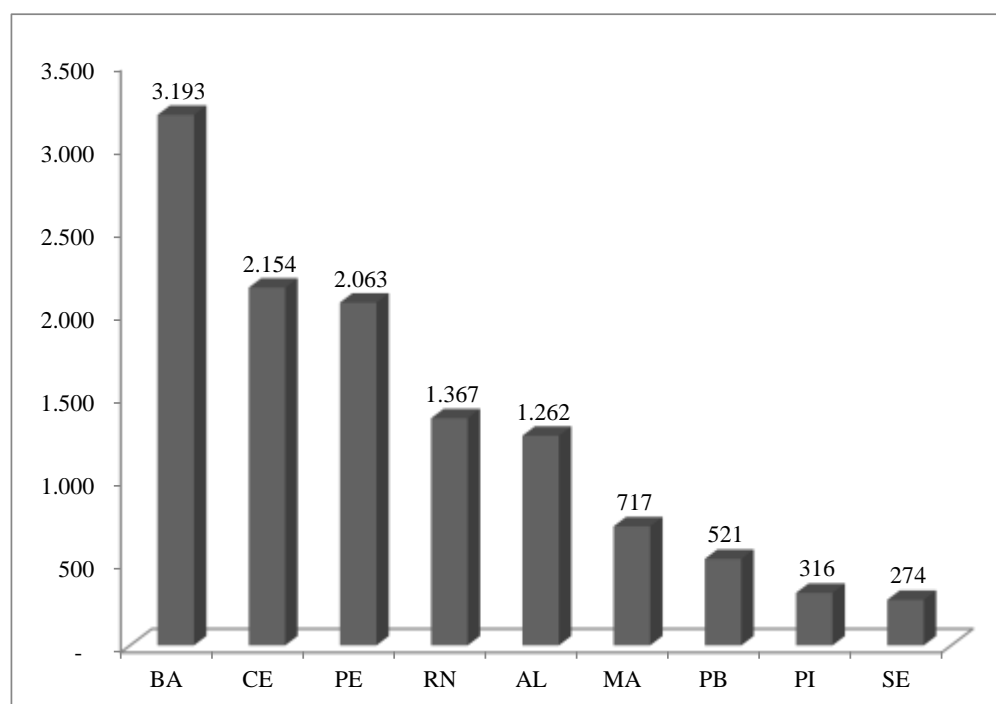


Gráfico 3: *Ranking* da Receita Média por Estado a preços de 2004 – R\$ milhão
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 6.

A partir daí, foi utilizado o *share* referente aos dados de emprego¹⁴ das atividades turísticas como proxy para desagregar o gasto por atividade, uma vez que não estão disponíveis dados nesse nível de detalhamento.

A escolha desta proxy se deve ao fato de que, para desagregar a receita gerada pelos gastos que os turistas realizam no destino, a remuneração da mão de obra setorizada nas atividades relacionadas com essa atividade, torna-se aceitável até mesmo porque, conforme colocado por Souza e Silveira Neto (2008, p.5) “se a preocupação é com o bem estar gerado pelo desenvolvimento das atividades, a renda gerada que remunera os fatores dos residentes da região deve ser mais importante que o produto total gerado”.

A participação calculada a partir do *share* de emprego por setores correlatos à atividade turismo está apresentada na Tabela 8.

¹⁴ Disponibilizado em extrator.ipea.gov.br/ - Cooperação técnica entre o Ipea, o Ministério do Turismo e a Codeplan/DF, voltada à realização de estudos e pesquisas sobre o setor turismo.

Tabela 8: Composição de mão de obra ocupado na atividade turismo - ano 2011 (%)

ESTADOS	Agência de Viagem	Alimentação	Alojamento	Aluguel de Transportes	Cultura e Lazer	Transporte e Aéreo	Transporte Aquaviário
Alagoas	7,87	31,37	43,38	2,94	0,95	2,72	0,13
Bahia	6,57	30,92	43,53	2,50	1,00	3,03	0,58
Ceará	6,24	37,84	31,77	7,88	1,61	4,05	0,05
Maranhão	6,09	28,74	38,55	6,40	0,74	4,20	1,80
Paraíba	6,20	38,14	36,31	1,98	1,46	2,56	0,16
Pernambuco	7,38	35,03	35,48	5,41	1,15	3,57	0,16
Piauí	4,57	31,89	39,00	3,97	1,01	4,57	0,09
Sergipe	8,50	35,52	34,48	4,83	1,29	2,45	0,30
Rio Grande do Norte	5,01	29,41	49,22	5,14	0,93	2,56	0,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Extrato de Dados IPEA.

Com esses dados, estimou-se a receita por setor, atribuindo o *share* do emprego de cada setor à receita média conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9: Receita média por setor 2004 – R\$ milhão

ESTADOS	ATIVIDADES					
	Transporte Rodoviário de passageiros	Transporte Aéreo de passageiros	Transporte Aquaviário de passageiros	Serviços de Alimentação	Serviços de Alojamento	Outros serviços
Alagoas	171	34	1,7	396	547	111
Bahia	459	97	19	987	1390	242
Ceará	397	87	1	815	684	169
Maranhão	142	30	13	206	276	49
Paraíba	79	13	0,8	199	189	40
Pernambuco	356	74	3	723	732	176
Piauí	60	14	0,3	101	123	18
Sergipe	48	7	0,8	97	95	27
Rio Grande do Norte	171	35	6	402	673	81

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIPE e do IPEA.

Convém ressaltar que na Tabela 9, as atividades Agência de viagens e Cultura e lazer estão agregadas no setor Outros serviços, bem como também Aluguel de transportes foi agregado ao setor Transporte rodoviário de passageiros. O objetivo disso foi obter uma compatibilização com a estrutura setorial presente na matriz utilizada.

É perceptível que os setores Serviços de alimentação e Serviços de alojamento detêm a capacidade de concentrar a receita média, e isso não deve causar estranhezas porque

são setores que, de certa maneira, tornam-se imperativos e fundamentais quando da permanência do turista. Em outras palavras, o turista concentra seus gastos em alimentação e hospedagem.

A Bahia, seguida de Pernambuco e do Ceará, mais uma vez lidera o *ranking* nordestino no quesito alimentação e hospedagem, cuja média de Receita é respectivamente R\$ 436 milhões e R\$ 523 milhões. Destaca-se também Alagoas com valores próximos da média, justificado porque o seu gasto médio per capita para o ano em análise foi de R\$ 107,14, muito acima dos demais estados.

A partir dos dados pontuados neste capítulo, serão realizadas as simulações que o modelo de insumo-produto permite para mensurar os impactos econômicos na região Nordeste provocados pelos gastos turísticos no ano de 2011.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentadas as análises dos dados colhidos na pesquisa, fazendo-se uso do ponto de vista macroeconômico e setorial.

5.1 Impactos macroeconômicos

Os resultados apresentados a partir das simulações com a matriz de insumo-produto interregional permite conhecer qual o impacto macroeconômico que a receita gerada na atividade turismo a partir dos gastos realizados pelo turista no destino provoca nas variáveis macroeconômicas: produção, PIB, emprego e tributação. No caso da última, buscou-se analisar o impacto no ICMS nacional por ser uma variável que está desagregada na matriz utilizada. Além disso, calculam-se também os efeitos de transbordamento desse gasto para fora da região Nordeste.

As considerações acerca do impacto no emprego merecem esclarecimentos sobre sua importância porque, quando se mensura estatisticamente emprego na atividade turismo, os dados regionais assumem importante relevância “tendo em vista que o turismo é largamente dependente do território” (SAKOWSKI, 2015, p. 7).

Num primeiro momento, são analisados os resultados do impacto no emprego agregado e no PIB e, num segundo momento, são analisados os resultados do impacto na produção e no ICMS nacional.

A Tabela 10 condensa os impactos macroeconômicos, em termos percentuais, sobre algumas variáveis selecionadas. Vale salientar que nessa tabela são retratadas apenas os impactos nas grandes regiões: Brasil, resto do Brasil e Nordeste.

Tabela 10: Impacto macroeconômico do turismo sobre variáveis selecionadas 2004 (%)

ESTADOS	PRODUÇÃO	PIB	EMPREGO	ICMS
Brasil	0,7	0,6	1,4	1,2
Resto do Brasil	0,2	0,1	0,1	0,13
Nordeste	4,2	3,9	6,1	7,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Matriz Regional.

Os dados trazidos na Tabela 10 representam aumentos em termos percentuais dessas variáveis em relação ao cenário-base, ilustrados na matriz de insumo-produto utilizada.

Em termos da produção, os gastos turísticos na região Nordeste em 2011, expandiu sua produção total em 4,2%. Em relação a esse impacto, 80,3% foram absorvidos pela própria região ao passo que 19,6% transbordaram para o restante do Brasil na forma de vazamentos. Esse vazamento representou um crescimento de 0,2% da produção do resto do Brasil. Em relação ao ICMS, os gastos turísticos aumentaram em 7,6% a arrecadação nordestina e 1,2% a arrecadação brasileira.

Percebe-se, a partir dos dados na Tabela 10, que o impacto provocado no emprego, assim como no PIB, gerado em virtude dos gastos realizados pelos turistas nos estados nordestinos, exerce pouca influência no resto do Brasil quando comparado com a região Nordeste, mas também, no Brasil como um todo. É de se esperar tal resultado porque as atividades características do turismo, na sua maioria, são desenvolvidas na própria localidade.

A região Nordeste possui um potencial turístico perceptível, capaz de gerar desenvolvimento econômico regional, principalmente no tocante a emprego e à renda. Os gastos turísticos realizados na região em 2011 geraram um crescimento no PIB na ordem de 0,6% ao passo que na própria região esse impacto foi de 3,9%. Em termos de impacto no emprego, o Brasil apresentou crescimento na ordem de 1,4% ao passo que na própria região o impacto alcançou 6,1%.

5.1.1 Impacto no emprego e no PIB

A atividade turismo exerce influência relevante no desempenho

macroeconômico de diversos países e regiões, colaborando para promover crescimento econômico e aumentar o nível de produção (PINHEIRO, GUIMARÃES e COSTA, 2011, P. 73). Nesse sentido, o Gráfico 4 revela os impactos econômicos sobre o PIB e emprego nos estados nordestinos, decorrente dos gastos turísticos realizados na região em 2011.

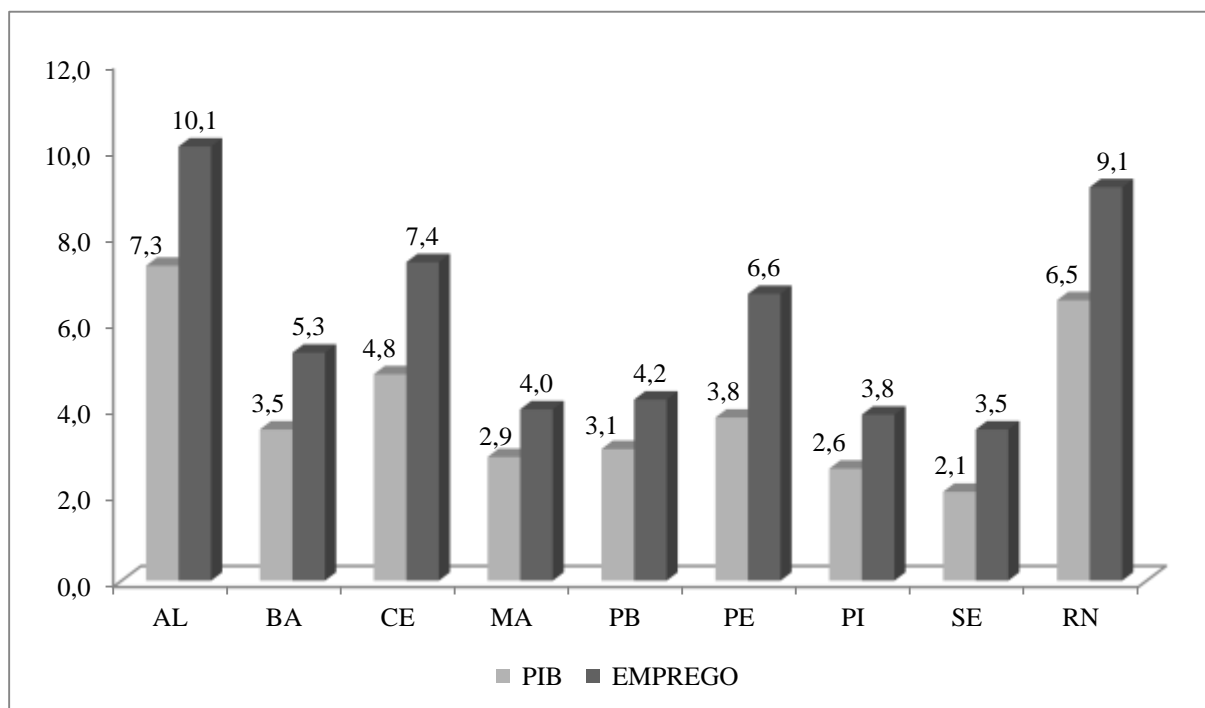


Gráfico 4: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – Emprego e PIB

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da Matriz de Insumo-Produto Regional.

Os desempenhos no emprego e no PIB dos estados de Alagoas (10,1% emprego e 7,3% PIB) e Rio Grande do Norte (9,1% emprego e 6,5% PIB) chamam a atenção porque estão acima do desempenho nordestino de 6,1% para emprego e 3,9% para o PIB. Isso pode ser explicado, em parte pois o gasto médio per capita diário para os dois estados no ano em análise foram de R\$ 107,14 e R\$ 74,95 respectivamente, conforme demonstrado no Quadro 11, acima da média de gastos médios para o Brasil em 2011. Dessa forma, dada a característica linear dos modelos de insumo-produto, é de se esperar que os estados que apresentam os maiores gastos sejam os mesmos que apresentam os maiores impactos. O Gráfico 4 permite uma melhor percepção dos resultados.

Excluindo Alagoas e Rio Grande do Norte, os estados da Bahia (5,3% emprego e 3,5% PIB), Pernambuco (6,6% emprego e 3,8% PIB) e Ceará (7,4% emprego e 4,8% PIB), maiores destinos turísticos da região, também apresentaram resultados interessantes se aproximando, em termos relativos ao desempenho nordestino. Isso pode ser explicado em decorrência do fluxo estimado para os três estados no ano em análise, cujo *ranking* se

encontra na Tabela 6, colocando o Estado da Bahia em primeiro, Pernambuco em segundo e Ceará em terceiro lugar e muito acima dos outros estados.

O desempenho do Estado da Bahia, embora esteja próximo do desempenho do Nordeste, também pode ser explicado em função do gasto médio per capita dia (Quadro 5) que, para o ano em análise foi de R\$ 65,70.

Os demais estados apresentam resultados muito abaixo do resultado do Nordeste e isso sugere que existe um potencial turístico enorme a ser explorado em nível regional porque o que se pode perceber é que esses resultados são diretamente influenciados pela variável fluxo (Tabela 6).

Convém ressaltar que, nesses estados, é notória a necessidade de políticas públicas e iniciativas privadas direcionadas para ampliação e diversificação do fluxo turístico, promovendo e divulgando suas ofertas turísticas com mais eficiência para atingir melhores resultados econômicos.

5.1.2 Impacto na produção e no ICMS

Analisar produção e ICMS numa única seção mostra-se interessante por conta do nível de correlação existente entre elas, causando uma dependência direta, pois quanto maior a produção, maior será o nível de arrecadação do ICMS.

A justificativa para escolher o ICMS para análise foi motivada por sua importância como principal fonte de recurso financiadora do gasto público além de ser o tributo que melhor expressa o esforço próprio dos governos para gerar receitas, possuindo uma larga base de incidência de tributação composta por alíquotas diversificadas de âmbito interno e interestadual, inclusive, contemplando regimes de antecipação e substituição tributárias (LIMA, 2010).

Mais uma vez, Alagoas (16,9% ICMS e 9,0% produção) e Rio Grande do Norte (13,4% ICMS e 7,9% produção) se destacam em relação ao Nordeste, porém, seguidos do Ceará (9,7% ICMS e 4,8% produção) no quesito ICMS, sendo que um dos motivos que podem ter provocado tal desempenho pode ser também justificado através da variável gastos

médios per capita por dia, aliado ao fluxo turístico, tendo em vista que essas variáveis são componentes importantes para a apuração da receita média gerada na atividade turismo, receita esta que é tributada pelo ICMS e, portanto, influenciando diretamente no seu volume de arrecadação.

Alagoas e Rio Grande do Norte superam o desempenho do Nordeste de forma notória sendo que a expansão desses estados é respectivamente 16,9% e 13,4% para o ICMS e 9,0% e 7,9% para produção. O Gráfico 5 permite uma melhor percepção dos resultados para os demais estados.

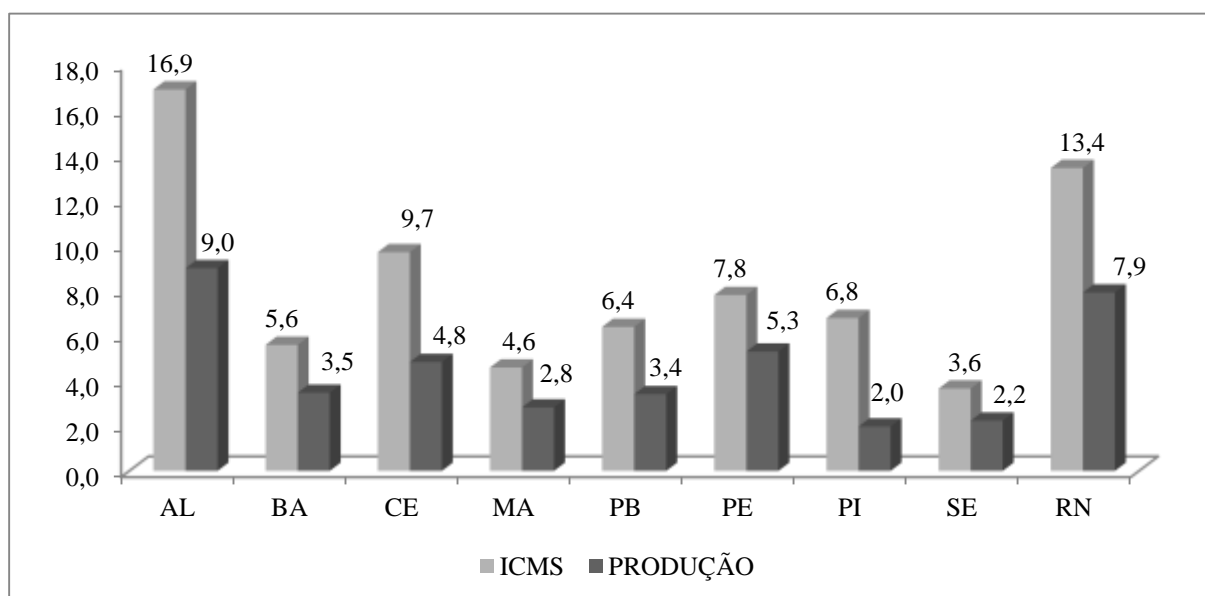


Gráfico 5: Impactos sobre variáveis macroeconômicas (%) – ICMS e Produção

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da Matriz de Insumo-Produto Regional.

Percebe-se que nos nove estados nordestinos o impacto positivo no ICMS ocorre dentro da normalidade esperada, apresentando uma proporção de 1,91¹⁵, em média, relativa ao impacto na produção. O Piauí chama a atenção, pois sua relação ICMS/Produção é de 3,40, muito acima da média de 1,91. Uma explicação aceitável para tal fato pode ser o não atendimento da produção interna para satisfazer a demanda provocada pela atividade turística, o que significa dizer que o Piauí, além de ser pouco industrializado, mantém um nível de importação de produtos elevado para atender a essa demanda.

5.2 Análise setorial

¹⁵ Dividindo-se o percentual do impacto no ICMS pelo percentual do impacto na produção.

Nesta subseção será analisado o grau de absorção dos impactos setoriais nas variáveis PIB e emprego com o objetivo de demonstrar como se comporta a economia nordestina em relação ao resto do Brasil no tocante à atividade turismo.

5.2.1 Impactos setoriais no PIB nordestino

A Tabela 11 apresenta o grau de absorção do impacto do PIB setorial de acordo com cada unidade especial investigada. Em outras palavras, apresenta como o impacto se distribui ao longo dos estados nordestinos. É importante salientar que a última coluna representa o quanto deste impacto transbordou para o resto do Brasil (RBR) na forma de vazamentos.

Em termos gerais, o que se pode perceber por meio da Tabela 11 é que, à exceção das atividades que compõem o segmento de serviços os impactos setoriais no PIB do resto do Brasil é superior na maioria das atividades quando comparado ao Nordeste. Isso pode ser justificado devido às características da demanda proveniente da atividade turismo em que geralmente os insumos são fornecidos na própria localidade.

Há uma divisão apropriada entre os setores de serviços, cuja absorção do impacto ocorre localmente, e indústria, cuja absorção ocorre no resto do Brasil. Isso também já era de se esperar porque, no país, as regiões Sul e Sudeste são mais industrializadas do que a região Nordeste, o que comprova sua dependência no tocante a produtos industrializados para atender a demanda interna. No entanto, isso revela a fragilidade estrutural da cadeia produtiva nordestina, como apontado por Ribeiro *et al* (2013).

Como era de se esperar, os setores Transporte rodoviário de passageiros (99,7%), Transporte aéreo de passageiros (98,2%), Transporte aquaviário de passageiros (99,7%), Serviços de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,8%) e Outros serviços¹⁶ (98,4%), correlatos à atividade turismo, foram os que, em nível de Nordeste, apresentaram maior impacto, sendo que, para o resto do Brasil, os impactos são quase que insignificantes.

¹⁶ Agregam as atividades turísticas Agências de viagens e Cultura e lazer.

Além dos setores relacionados à atividade turismo, destacam-se os setores Alimentos e bebidas (64,4%), Produtos do fumo (56,4%), Têxteis (51,9%), SIUP (71,2%), Construção (67,0%) e Comércio (81,5%). Desses setores o que mais chama a atenção é o setor de Alimentos e bebidas devido ao fato de ser ofertante de insumos para o setor Serviços de alimentação e que, portanto, está diretamente relacionado com a atividade turismo. Todavia, mesmo assim denota um vazamento de 35,6% para o resto do Brasil. O setor Comércio apresenta absorção bastante significativa cuja explicação está na característica da demanda turística ocorrer no destino, ou seja, os turistas tendem a consumir produtos do comércio local.

Tabela 11: Grau de absorção do impacto setorial sobre o PIB (continua...)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	3,4	16,7	5,6	3,8	2,8	6,5	1,9	1,0	1,9	43,6	56,4
Pecuária e pesca	2,0	16,9	6,9	6,3	3,3	5,0	2,1	1,7	3,2	47,4	52,6
Petróleo e gás natural	0,2	11,2	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	4,7	22,3	77,7
Minério de ferro	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,7	99,3
Outros da indústria extrativa	3,5	4,1	2,7	6,6	2,7	3,1	0,2	3,4	3,1	29,3	70,7
Alimentos e Bebidas	3,2	16,0	14,7	2,9	3,0	18,1	2,5	1,6	2,3	64,4	35,6
Produtos do fumo	5,8	17,7	9,1	2,4	3,1	8,8	2,0	2,0	5,5	56,4	43,6
Têxteis	1,6	5,1	20,4	0,1	9,0	2,4	0,0	3,7	9,6	51,9	48,1
Artigos do vestuário e acessórios	0,2	4,9	23,8	0,1	1,8	2,5	2,5	1,3	11,9	49,0	51,0
Artefatos de couro e calçados	0,5	12,7	23,9	0,4	6,4	2,5	0,9	0,5	2,0	49,8	50,2
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,3	4,2	0,2	0,9	0,5	1,1	0,0	0,1	0,1	7,4	92,6
Celulose e produtos de papel	0,2	1,5	2,4	1,2	1,5	5,3	0,2	0,1	0,2	12,7	87,3
Jornais, revistas, discos	1,6	0,9	3,2	0,4	5,2	10,4	0,3	0,3	0,9	23,2	76,8
Refino de petróleo e coque	0,0	29,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	30,7	69,3
Álcool	8,8	1,5	0,0	1,0	4,5	7,5	0,1	0,4	1,0	24,8	75,2
Químicos	1,3	16,1	2,9	0,7	0,2	3,4	0,0	0,7	0,1	25,4	74,6
Artigos de borracha e plástico	0,4	4,6	0,8	0,1	0,6	1,0	0,1	0,1	0,5	8,4	91,6
Cimento	3,4	3,5	6,9	0,5	5,8	10,1	1,2	4,2	0,8	36,2	63,8
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,1	2,1	4,5	0,2	3,8	13,3	0,2	0,9	0,5	26,7	73,3
Fabricação de aço e derivados	0,0	9,0	0,2	1,1	0,1	0,8	0,0	0,1	0,0	11,4	88,6
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,0	10,3	1,3	0,7	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	16,7	83,3
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,2	7,1	1,9	0,1	0,5	11,6	0,1	0,9	0,1	22,6	77,4
Máquinas e equipamentos	0,3	2,1	1,5	0,1	0,2	1,1	0,0	0,0	0,5	5,8	94,2
Eletrodomésticos	0,0	2,7	6,9	0,0	0,0	0,4	0,0	3,1	0,0	13,1	86,9
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,0	22,9	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,0	24,1	75,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	10,1	0,6	0,1	0,1	11,3	0,0	0,1	0,1	22,5	77,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

Tabela 11: Grau de absorção do impacto setorial sobre o PIB (conclusão)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,2	2,9	0,5	0,1	0,1	1,5	0,2	0,1	0,2	5,7	94,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,2	9,0	5,6	0,1	0,7	0,6	0,1	0,1	0,3	16,7	83,3
Indústria automobilística	0,6	0,8	0,7	0,1	0,3	0,7	0,1	0,2	0,8	4,3	95,7
Outros equipamentos de transporte	0,3	10,3	0,3	0,0	0,0	0,5	0,3	0,1	0,0	11,9	88,1
Indústria diversas	8,0	12,4	6,5	0,8	1,5	4,9	2,3	1,1	1,3	39,0	61,0
SIUP	8,3	21,0	13,5	2,5	3,6	11,7	2,0	2,5	6,1	71,2	28,8
Construção	7,2	21,7	10,8	2,7	2,7	10,1	1,6	2,3	7,8	67,0	33,0
Comércio	8,2	23,1	15,0	4,2	3,8	14,3	2,5	1,8	8,7	81,5	18,5
Transporte de carga	5,1	19,9	12,8	3,6	2,7	12,3	1,9	2,0	5,6	65,9	34,1
Transporte Rodoviário de passageiros	7,1	25,1	22,3	9,0	4,1	18,7	2,9	2,8	7,6	99,7	0,3
Transporte Aéreo de passageiros	6,8	25,7	23,0	8,8	3,3	18,2	3,2	1,9	7,4	98,2	1,8
Transporte Ferroviário de passageiros	5,5	21,9	12,7	3,2	2,2	17,5	1,6	1,7	6,0	72,3	27,7
Transporte Aquaviário de passageiros	2,8	40,6	2,6	32,5	1,8	7,0	0,6	2,0	9,9	99,7	0,3
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	7,8	23,3	17,3	5,4	3,3	15,4	2,7	2,0	8,0	85,3	14,7
Correios	5,8	21,7	13,0	3,4	3,2	11,8	2,0	2,1	7,1	70,3	29,7
Serviços de informação	8,5	20,2	11,9	2,7	3,2	11,8	2,1	1,8	7,9	70,0	30,0
Intermediação financeira e seguros	5,9	19,1	12,1	2,7	3,0	10,6	2,1	1,6	6,2	63,4	36,6
Serviços imobiliários e aluguel	7,8	21,8	13,1	3,5	3,7	13,0	2,4	2,1	9,2	76,5	23,5
Serviços de manutenção e reparação	9,5	21,8	15,3	4,4	3,8	15,4	2,8	1,9	8,3	83,2	16,8
Serviços de Alojamento	11,9	29,1	14,6	6,9	4,5	14,5	2,5	2,3	13,8	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	10,3	24,7	20,7	6,2	5,6	17,2	2,5	2,8	9,9	99,8	0,2
Serviços prestados às empresas	5,7	22,1	13,5	2,8	2,7	12,9	1,9	2,0	6,8	70,3	29,7
Educação mercantil	7,3	20,9	12,7	3,5	3,5	12,3	2,4	2,0	8,2	72,8	27,2
Saúde mercantil	7,8	22,2	13,6	3,4	3,7	13,1	2,4	1,9	8,7	76,7	23,3
Outros serviços	11,6	25,6	17,9	5,9	4,8	18,6	2,1	3,1	8,8	98,4	1,6
Serviços públicos	6,3	18,7	12,6	2,7	3,2	12,8	1,9	1,8	7,6	67,6	32,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

Outro fato que chama a atenção é que, embora o Nordeste possua naturalmente características de região agropecuária, os setores Agricultura, silvicultura, exploração florestal e Pecuária e pesca, que são setores potencialmente fornecedores indiretos de insumos para a atividade turismo como matéria prima para processamento de alimentos em restaurantes e hotéis, apresentaram absorção do impacto da atividade de 43,6% e 47,4% respectivamente para a região contra 56,4% e 52,6% para o resto do Brasil. Isso pode significar que a região Nordeste não produz o suficiente para atender sua demanda interna, tendo que importar produtos agropecuários de outras regiões.

Dentre os nove estados nordestinos, em termos relativos, destacam-se os estados Bahia, Ceará e Pernambuco cujos impactos em determinados setores estão bem acima dos outros estados, principalmente nos setores diretamente ligados à atividade turismo. Isso fica evidente na Tabela 12. Vale a ponderação de que esses estados apresentam as economias mais modernas e dinâmicas da região (GUIMARÃES NETO, 1997; ARAÚJO, 2004).

Tabela 12: Grau de absorção do impacto setorial Bahia, Ceará e Pernambuco – Sobre o PIB (em %)

Setores\Estados	BA	CE	PE	Nordeste	RBR
SIUP	21,0	13,5	11,7	71,2	28,8
Construção	21,7	10,8	10,1	67,0	33,0
Comércio	23,1	15,0	14,3	81,5	18,5
Transporte de carga	19,9	12,8	12,3	65,9	34,1
Transporte Rodoviário de passageiros	25,1	22,3	18,7	99,7	0,3
Transporte Aéreo de passageiros	25,7	23,0	18,2	98,2	1,8
Transporte Ferroviário de passageiros	21,9	12,7	17,5	72,3	27,7
Transporte Aquaviário de passageiros	40,6	2,6	7,0	99,7	0,3
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	23,3	17,3	15,4	85,3	14,7
Correios	21,7	13,0	11,8	70,3	29,7
Serviços de informação	20,2	11,9	11,8	70,0	30,0
Intermediação financeira e seguros	19,1	12,1	10,6	63,4	36,6
Serviços imobiliários e aluguel	21,8	13,1	13,0	76,5	23,5
Serviços de manutenção e reparação	21,8	15,3	15,4	83,2	16,8
Serviços de Alojamento	29,1	14,6	14,5	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	24,7	20,7	17,2	99,8	0,2
Serviços prestados às empresas	22,1	13,5	12,9	70,3	29,7
Educação mercantil	20,9	12,7	12,3	72,8	27,2
Saúde mercantil	22,2	13,6	13,1	76,7	23,3
Outros serviços	25,6	17,9	18,6	98,4	1,6
Serviços públicos	18,7	12,6	12,8	67,6	32,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

Além disso, o Ceará se destaca nos setores Têxteis (20,4%), Artigos do vestuário e acessórios (23,8%), Artefatos de couro e calçados (23,9%) e Alimentos e bebidas (14,7%). A Bahia chama a atenção para o setor de Refino de petróleo e coque (29,1%), mas também se destaca nos setores Agricultura, silvicultura, exploração florestal (16,7%), Pecuária e pesca (16,9%), Alimentos e bebidas (16,0%), Produtos do fumo (17,7%) e Máquinas para escritório e equipamentos de informática (22,9%). Pernambuco se destaca com setor Alimentos e bebidas (18,1%). Vale lembrar que o setor do Refino de petróleo tem relações intersetoriais com o segmento de transportes de passageiros por meio do fornecimento de combustíveis.

5.2.2 Impactos setoriais no emprego

Seguindo a mesma lógica da Tabela 11, a Tabela 13 apresenta o grau de absorção do impacto no emprego setorial de acordo com os estados nordestinos. Ao contrário do resultado para o PIB, percebe-se que a maior parte dos impactos sobre os empregos setoriais se concentram na própria região, à exceção de alguns setores industriais.

Este fato é de fácil compreensão porque é evidente que a demanda por mão de obra da atividade turismo, além de ser na maior parte demandada do setor serviços, deve ser, com raras exceções, plenamente satisfeita pela oferta local.

Como foi dito, é evidente na Tabela 13 que, os setores que estão diretamente ligados à atividade turismo concentram a absorção do impacto no emprego em quase sua totalidade na própria região, tais como Transporte rodoviário de passageiros (99,8%), Transporte aéreo de passageiros (99,0%), Transporte aquaviário de passageiros (99,8%), Serviço de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,9%) e Outros serviços (99,1%). Em relação a esses segmentos, o efeito de transbordamento para o resto do Brasil é insignificante e está entre 0,0 e 1,0%.

Tabela 13: Grau de absorção do impacto setorial sobre o emprego (em %) (Continua...)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	8,3	20,9	7,5	3,4	5,4	14,8	1,5	1,7	3,7	67,1	32,9
Pecuária e pesca	2,5	21,8	10,9	8,9	5,3	8,2	2,5	2,5	4,3	66,9	33,1
Petróleo e gás natural	0,3	9,7	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	4,7	22,0	78,0
Minério de ferro	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	1,3	98,7
Outros da indústria extrativa	5,0	6,5	3,6	6,3	3,9	5,9	0,2	6,5	5,2	43,1	56,9
Alimentos e Bebidas	2,5	16,6	16,8	2,6	3,3	18,4	2,3	1,6	3,2	67,2	32,8
Produtos do fumo	7,6	18,6	9,2	3,1	4,5	11,6	2,4	2,3	9,4	68,8	31,2
Têxteis	2,2	4,3	20,0	0,1	12,6	1,7	0,0	4,2	15,8	60,9	39,1
Artigos do vestuário e acessórios	0,4	6,6	25,4	0,1	2,7	3,2	3,1	1,6	21,4	64,4	35,6
Artefatos de couro e calçados	0,4	14,7	17,3	0,3	6,7	2,2	0,6	0,4	2,4	45,1	54,9
Produtos de madeira - exclusive móveis	0,5	6,2	0,3	1,5	1,0	1,8	0,1	0,1	0,3	11,7	88,3
Celulose e produtos de papel	0,3	0,8	3,4	1,7	2,0	10,1	0,2	0,1	0,4	18,9	81,1
Jornais, revistas, discos	2,3	1,7	3,8	0,5	8,8	13,3	0,4	0,4	1,8	32,9	67,1
Refino de petróleo e coque	0,0	25,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	26,2	73,8
Álcool	15,2	2,0	0,0	1,6	8,5	7,0	0,2	0,6	2,2	37,2	62,8
Químicos	0,6	12,6	2,9	0,8	0,2	4,2	0,1	0,5	0,1	22,0	78,0
Artigos de borracha e plástico	0,4	4,1	0,6	0,1	0,7	1,0	0,1	0,1	0,6	7,7	92,3
Cimento	4,4	3,7	7,0	0,6	8,4	6,9	1,2	4,7	1,3	38,2	61,8
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,9	3,0	6,3	0,3	7,1	17,1	0,3	1,4	1,2	38,5	61,5
Fabricação de aço e derivados	0,0	10,5	0,2	0,9	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	12,4	87,6
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,0	13,0	1,3	0,7	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	19,6	80,4
Produtos de metal - exclusive máquinas e equi	0,2	7,6	1,4	0,1	0,5	8,8	0,0	0,8	0,1	19,6	80,4
Máquinas e equipamentos	0,4	3,3	1,9	0,1	0,4	1,6	0,0	0,1	0,8	8,6	91,4
Eletrodomésticos	0,0	4,5	10,1	0,0	0,0	0,7	0,0	4,7	0,0	20,0	80,0
Máquinas para escritório e equipamentos de ir	0,0	19,8	0,2	0,0	0,3	0,3	0,0	0,1	0,0	20,8	79,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,0	11,0	0,5	0,0	0,1	9,4	0,0	0,1	0,1	21,3	78,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

Tabela 13: Grau de absorção do impacto sobre o emprego (conclusão)

Setores\Estados	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	SE	RN	Nordeste	RBR
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,2	5,4	0,7	0,2	0,2	2,4	0,3	0,1	0,3	9,7	90,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,3	14,7	7,2	0,1	1,3	1,1	0,1	0,2	0,6	25,7	74,3
Indústria automobilística	0,8	0,8	0,5	0,1	0,4	0,8	0,2	0,3	1,2	5,1	94,9
Outros equipamentos de transporte	0,3	11,8	0,3	0,0	0,1	0,8	0,4	0,1	0,1	13,8	86,2
Indústria diversas	6,3	11,9	5,1	0,7	1,4	4,6	1,8	0,9	1,5	34,2	65,8
SIUP	3,5	23,4	14,5	3,4	4,0	15,5	2,3	2,0	10,5	79,1	20,9
Construção	7,4	19,9	15,7	2,6	3,3	14,5	1,8	2,3	9,4	77,0	23,0
Comércio	8,3	23,4	15,7	3,9	4,2	18,8	2,7	2,0	9,3	88,2	11,8
Transporte de carga	6,6	21,9	16,3	1,8	3,3	15,9	2,5	2,3	5,7	76,2	23,8
Transporte Rodoviário de passageiros	8,3	22,4	22,6	9,3	4,0	19,0	2,9	2,3	8,9	99,8	0,2
Transporte Aéreo de passageiros	8,1	22,4	23,6	9,2	3,1	18,7	3,3	1,6	8,8	99,0	1,0
Transporte Ferroviário de passageiros	7,7	20,9	15,1	3,0	2,5	20,3	1,9	1,7	8,1	81,2	18,8
Transporte Aquaviário de passageiros	3,3	38,4	2,5	33,9	1,6	6,7	0,6	1,7	11,1	99,8	0,2
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	9,8	22,4	18,5	6,0	3,4	16,5	3,0	1,8	9,8	91,1	8,9
Correios	7,9	21,8	15,1	4,0	3,5	14,0	2,4	2,0	9,5	80,2	19,8
Serviços de informação	9,7	21,6	11,9	3,3	3,4	13,2	2,2	2,1	10,1	77,4	22,6
Intermediação financeira e seguros	7,1	23,2	13,8	2,9	3,3	11,0	2,5	2,0	7,6	73,6	26,4
Serviços imobiliários e aluguel	7,2	25,9	12,6	3,1	3,4	12,5	2,1	1,9	8,4	77,0	23,0
Serviços de manutenção e reparação	9,6	22,3	14,0	3,9	3,5	19,8	2,7	1,8	7,9	85,5	14,5
Serviços de Alojamento	10,5	25,0	15,7	6,8	4,1	19,2	2,8	2,3	13,6	100,0	0,0
Serviços de Alimentação	8,9	22,5	22,8	4,9	4,4	22,9	2,3	2,1	9,0	99,9	0,1
Serviços prestados às empresas	8,7	24,7	12,0	3,0	3,4	13,3	1,8	1,7	9,3	77,9	22,1
Educação mercantil	8,4	20,0	14,4	5,2	4,9	12,4	3,4	2,8	12,0	83,6	16,4
Saúde mercantil	8,7	22,5	15,0	4,7	5,0	12,7	3,2	2,6	12,2	86,6	13,4
Outros serviços	13,8	25,6	16,0	4,6	3,8	23,1	1,8	2,5	7,9	99,1	0,9
Serviços públicos	7,2	20,6	15,2	3,1	3,7	14,5	2,1	2,1	9,2	77,7	22,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP

Voltando o olhar para os demais, percebe-se que os setores industriais apresentam efeito de transbordamento para o resto do Brasil bastante significativo, variando entre 54,9% (Artefatos de couro e calçados) até 98,7% (Minério de ferro), demonstrando mais uma vez como já foi dito, a fragilidade estrutural da cadeia produtiva nordestina.

Dentre esses setores, os que impactam mais a região Nordeste são: Comércio (88,2%), SIUP (79,1%), Construção (77,0%), Produtos do fumo (68,8%), Alimentos e bebidas (67,2%) Agricultura, silvicultura, exploração (67,1%), Pecuária e pesca (66,9%), Artigos do vestuário e acessórios (64,4%) e Têxteis (60,9%). Percebe-se que, as atividades da agropecuária, como já dito, não conseguem atender a demanda interna na sua totalidade, fato este evidenciado com o transbordamento de 33,9% para o setor Agricultura, silvicultura, exploração, e 33,1% para o setor Pecuária e pesca.

Outro fato relevante está evidenciado nos setores Refino de petróleo e coque e Máquinas para escritório e equipamentos de informática, cujo Estado da Bahia (25,0% e 19,8% respectivamente) se destaca contribuindo com quase a totalidade da absorção do impacto no Nordeste (26,2% e 20,8% respectivamente). Observa-se também que existem casos isolados de contribuição em quase 50% do total do impacto em diversos setores principalmente nos estados Bahia e Pernambuco.

Mais uma vez, no tocante aos setores diretamente relacionados com a atividade turismo, os estados Bahia, Ceará e Pernambuco apresentam impacto de absorção muito acima dos outros estados, incluindo dessa vez entre eles o Rio Grande do Norte que apresenta para os setores Transporte aquaviário de passageiros (11,1%), Serviços de alojamento (13,6%) e, para os demais, impactos que variam entre 7,9% a 9,0%. Convém frisar que Alagoas, Maranhão Paraíba, Piauí e Sergipe apresentam um grau de absorção que, em alguns setores, aproximam-se das de Rio Grande do Norte, mas que estão muito aquém das apresentadas pela Bahia, Ceará e Pernambuco.

Curiosamente, a média de absorção do impacto setorial no emprego, no tocante aos setores diretamente relacionados com a atividade turismo, para os nove estados nordestinos é de 11%, sendo que no setor Transporte aquaviário de passageiros o estado do Maranhão merece destaque, pois a absorção foi de 33,9%, acompanhando a Bahia (38,4%) Os demais estados apresentaram números que variam de 0,6% a 11,1%.

5.3 Impactos sobre as disparidades regionais

É de suma importância avaliar também os efeitos desses gastos turísticos sobre a desigualdade regional. Para isso, calculou-se o índice de Gini¹⁷ a partir do PIB dos estados nordestinos antes e depois das simulações. O resultado indica uma melhora, mesmo que marginal, no que remete à redução da concentração da riqueza, uma vez que o índice de Gini teve uma redução de aproximadamente 0,16%. Ao contrário de investimentos realizados em infraestrutura em Minas Gerais, os quais aumentaram as disparidades no estado (DOMINGUES; MAGALHÃES; FARIA, 2009), os gastos turísticos realizados no Nordeste em 2011 tiveram um efeito positivo sobre a desigualdade regional.

Do ponto de vista setorial, a Tabela 14 revela a variação percentual do índice de GINI a partir do PIB setorial¹⁸ das 52 atividades econômicas consideradas neste estudo. Percebe-se que a maioria dos setores (55,8%) apresentaram redução deste indicador, o que significa melhora na distribuição de riqueza entre os setores. Como esperado, as atividades turísticas apresentaram as variações mais significativas, já que as mesmas foram as que receberam os choques nas simulações. Dentre essas, Transporte rodoviário e aquaviário de passageiros contribuíram para a concentração de renda, uma vez que a variação do GINI nesses setores foi positiva, com 2,17% e 4,85%, respectivamente. Vale a ponderação de que estes setores não representam as maiores participações nos gastos turísticos.

Percebe-se, ainda, que a maioria das atividades que apresentaram variações positivas do índice de GINI são segmentos industriais, com destaque para Alimentos e bebidas, cuja variação foi de 0,61%.

¹⁷ $G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$. Em que G é o índice de Gini; X e Y são as proporções cumulativas das variáveis população e renda, respectivamente.

¹⁸ Vale lembrar que é considerado o valor do PIB setorial antes e depois das simulações.

Tabela 14: Variação do Índice de GINI setorial antes e depois das simulações (%)

Setores de Atividade	GINI ex ante	GINI ex post	Variação GINI (%)	Setores de Atividade	GINI ex ante	GINI ex post	Variação GINI (%)
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	0,4718	0,4709	-0,19	Pecuária e pesca	0,3375	0,3386	0,31
Outros da indústria extrativa	0,4093	0,4088	-0,12	Petróleo e gás natural	0,6854	0,6855	0,01
Artefatos de couro e calçados	0,7068	0,7068	0,00	Minério de ferro	0,5028	0,5031	0,05
Celulose e produtos de papel	0,6609	0,6599	-0,14	Alimentos e Bebidas	0,4052	0,4077	0,61
Químicos	0,7311	0,7309	-0,04	Produtos do fumo	0,5014	0,5014	0,00
Fabricação de aço e derivados	0,7712	0,7710	-0,03	Têxteis	0,5373	0,5374	0,00
Metalurgia de metais não-ferrosos	0,7873	0,7873	0,00	Artigos do vestuário e acessórios	0,5985	0,5987	0,03
Máquinas e equipamentos	0,5842	0,5842	-0,01	Produtos de madeira - exclusive móveis	0,6216	0,6216	0,00
Eletrodomésticos	0,6915	0,6915	0,00	Jornais, revistas, discos	0,5279	0,5282	0,06
Indústria automobilística	0,8724	0,8723	-0,01	Refino de petróleo e coque	0,8348	0,8352	0,05
Indústria diversas	0,4346	0,4346	0,00	Álcool	0,5606	0,5608	0,04
SIUP	0,4112	0,4106	-0,16	Artigos de borracha e plástico	0,6064	0,6064	0,00
Construção	0,3942	0,3941	-0,01	Cimento	0,3503	0,3503	0,00
Comércio	0,3680	0,3680	0,00	Outros produtos de minerais não-metálicos	0,4673	0,4676	0,07
Transporte de carga	0,4921	0,4884	-0,76	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,6790	0,6791	0,02
Transporte Aéreo de passageiros	0,4803	0,4485	-6,62	Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,8684	0,8685	0,01
Transporte Ferroviário de passageiros	0,6894	0,6880	-0,20	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,7418	0,7419	0,01
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	0,4849	0,4802	-0,98	Material eletrônico e equipamentos de comunicações	0,6899	0,6899	0,01
Correios	0,3105	0,3097	-0,27	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	0,7241	0,7241	0,00
Serviços de informação	0,3630	0,3628	-0,07	Outros equipamentos de transporte	0,7669	0,7677	0,10
Intermediação financeira e seguros	0,3956	0,3951	-0,11	Transporte Rodoviário de passageiros	0,3104	0,3171	2,17
Serviços imobiliários e aluguel	0,3758	0,3756	-0,07	Transporte Aquaviário de passageiros	0,5427	0,5690	4,85
Serviços de manutenção e reparação	0,4574	0,4544	-0,67	Serviços públicos	0,2945	0,2945	0,01
Serviços de alojamento	0,5219	0,4126	-20,93				
Serviços de alimentação	0,4522	0,4159	-8,02				
Serviços prestados às empresas	0,4726	0,4715	-0,25				
Educação mercantil	0,4344	0,4342	-0,05				
Saúde mercantil	0,5295	0,5293	-0,03				
Outros serviços	0,3869	0,3809	-1,57				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da MIP.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o efeito multiplicador para a economia local e de transbordamentos para o resto do Brasil que os gastos turísticos realizados em 2011 proporcionaram na região Nordeste. Para isso foram realizadas simulações por meio de um modelo de insumo-produto interregional.

De forma geral, percebeu-se que a atividade turística gerou impactos positivos no Nordeste. É claro que a magnitude do impacto, bem como seu grau de absorção são heterogêneos entre os seus estados devido, em parte, a estrutura produtiva de cada estado e ao montante do gasto turístico realizado naquele destino.

Os resultados encontrados relativos às variáveis macroeconômicas: produção, ICMS (tributos), PIB e emprego, permitiram conhecer o impacto que a receita gerada na região Nordeste, proveniente dos gastos turísticos, proporcionou, expandindo sua produção total em 4,2%, sendo que 80,3% dessa expansão foram absorvidos pela própria região. Outro fato importante está relacionado à arrecadação do ICMS que aumentou em 7,6% na região. Em relação ao PIB, constatou-se um impacto de 3,9% e uma expansão do emprego total de 6,1%, o que se pode considerar bastante expressivo para a região nordeste.

Os estados de Alagoas (10,1% emprego e 7,3% PIB) e Rio Grande do Norte (9,1% emprego e 6,5% PIB) destacaram-se por terem apresentado, para o ano em análise, percentuais acima do desempenho nordestino (6,1% emprego e 3,9% PIB), sendo que dentre os nove estados analisados, excluindo os dois acima citados, a Bahia, Pernambuco e Ceará também se destacaram apresentando impactos bem acima dos encontrados para os estados do Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe.

O reflexo da absorção do impacto no ICMS e na produção ocorreu com maior intensidade nos estados de Alagoas (16,9% ICMS e 9,0% produção) e Rio Grande do Norte (13,4% ICMS e 7,9% produção), acompanhados desta vez por Ceará (9,7% ICMS e 4,8% produção), superando o impacto ocorrido no Nordeste (7,6% ICMS e 4,2% produção). Destacou-se também o estado do Piauí que, embora o impacto na produção tenha sido de 2,0%, para o ICMS o impacto foi de 6,8%, apresentando relação ICMS/produção de 3,4 muito acima da média nordestina de 1,91.

Em nível setorial, o impacto constatado no PIB nordestino para os setores que

possuem relação direta com a atividade turismo, revelou o que já se esperava por conta das características dessa atividade, ou seja, os setores Transporte rodoviário de passageiros (99,7%), Transporte aéreo de passageiros (98,2%), Transporte aquaviário de passageiros (99,7%), Serviços de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,8%) e Outros serviços (98,4%), apresentaram alto índice de absorção do impacto, refletindo um transbordamento insignificante para o resto do Brasil.

Em relação à variável emprego não foi diferente. Revelou-se que os setores Transporte rodoviário de passageiros (99,8%), Transporte aéreo de passageiros (99,0%), Transporte aquaviário de passageiros (99,8%), Serviço de alojamento (100%), Serviços de alimentação (99,9%) e Outros serviços (99,1%) apresentaram também alto índice de absorção do impacto e insignificante transbordamento para o resto do Brasil.

Ficou evidenciado também que, nos setores industriais, o efeito transbordamento é bastante relevante, variando entre 54,9% (Artefatos de couro e calçados) e 98,7% (Minério de ferro), porém, em relação à absorção do impacto no Nordeste, os setores que apresentaram melhor absorção foram Comércio (88,2%), SIUP (79,1%), Construção (77,0%), Produtos do fumo (68,8%), Alimentos e bebidas (67,2%) Agricultura, silvicultura, exploração (67,1%), Pecuária e pesca (66,9%), Artigos do vestuário e acessórios (64,4%) e Têxteis (60,9%).

Por ser uma atividade transversal, o turismo se revela como importante instrumento para promoção do desenvolvimento local e regional por meio de políticas públicas em parceria com a iniciativa privada, sendo que as simulações na matriz de insumo-produto evidenciam as possibilidades de direcionamento dessas políticas. Além disso, foi evidenciado que a atividade turística contribuiu para a melhoria da distribuição de renda na região Nordeste, uma vez que houve uma redução relativa do índice de GINI.

Não há como desenvolver políticas de promoção do desenvolvimento do turismo sem antes consolidar, principalmente, os setores da economia que estão direta ou indiretamente ligados à atividade turismo, pois os efeitos de transbordamentos podem causar uma espécie de efeito colateral indesejado ampliando a dependência da região principalmente no tocante aos setores industriais.

Para evitar esses efeitos, devem ser envidados esforços voltados ao fortalecimento dos setores que apresentam maior vazamento, cujo detalhamento que as

simulações da matriz de insumo produto proporcionam, pode auxiliar na elaboração de eventuais políticas que melhorem e ampliem a absorção do impacto na própria região diminuindo o vazamento para o resto do Brasil. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir do adensamento das cadeias produtivas em escala regional.

É importante que se tenha cuidado com a possibilidade de uma análise superficial sobre o grau de vazamento no setor industrial como um todo, que pode levar a sugestões de políticas tipo “substituições de importações” sem nenhum comprometimento com a eficiência econômica e, sem perder de vista que fortalecer o setor industrial em escala regional é um grande desafio.

Dessa forma, é de se esperar que a atividade turismo possa ser planejada com maior eficiência, permitindo ampliar, através da promoção e da divulgação dos destinos turísticos nordestinos, o fluxo de turistas, ampliando também sua permanência no destino cujo reflexo se dará com o aumento da receita gerada a partir dos gastos que os turistas realizam na região.

Outro fato relevante que este estudo evidenciou é a necessidade de voltar o olhar para os menores estados cujos resultados, em alguns setores, chegaram a ser irrelevantes se comparados aos demais estados. Torna-se necessário o direcionamento de políticas públicas que os auxiliem a corrigir eventuais deficiências que, por sua vez causam dependências da economia local em relação a economias externas, e que permitam melhor exploração dos seus potenciais atrativos sem perder de vista, por exemplo, o investimento em infraestrutura que funcione como atrativo para acolhimento de empreendimentos privados direcionados para a atividade turística.

Percebe-se que o avanço na análise proposta por este trabalho é factível e merece solução de continuidade com a atualização dos dados da matriz regional, ou, dando um passo à frente desenvolvendo modelos de EGC interregionais que, por suas características esclarecem com mais clareza as restrições provenientes da escassez de recursos e alterações nos preços (HADDAD e PORSSE, 2013).

Com a continuidade do estudo, pode-se, através de comparações, buscar ampliar o portfólio de sugestões de políticas públicas direcionadas aos setores econômicos que estejam direta ou indiretamente relacionados com a atividade turismo, bem como sugestões de políticas de turismo com o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo

regional.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, L. A. **Efeitos do turismo no desenvolvimento regional**. Turismo e Análise, v. 2, n. 1, p. 42–52, 1992.
- AMARAL FILHO, J., **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**, In: Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, nº 14, Brasília, 1996.
- AMARAL FILHO, J. **Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional: um olhar sobre o nordeste brasileiro**. In: AMARAL FILHO, J, CARRILLO, J.(org.). Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a baixa califórnia (México). Rio de Janeiro, e-pappers, 2011.
- ANDRADE, J. R. L., **Turismo e Desenvolvimento Local**, In: Cenários de Desenvolvimento local: estudos exploratórios, Falcón, M. L. de O. at al. (organizadores), Aracaju, Secretaria Municipal, de Planejamento 2003.
- _____, **Análise Econômica da Demanda por Turismo: aspectos teóricos e evidências empíricas**, In: Estudos Econômicos sobre Tecnologia e Desenvolvimento Regional, Hansen, D. L., *et al.* (organizadores), Aracaju, PMA/SEPLAN, 2005.
- _____, **Uma Contribuição à Análise Econômica da Demanda por Turismo**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ARAÚJO, T. B. Northest, Northeast: what Northest. **Latin American Perspectives**, v. 31, p. 16–41, 2004.
- ARCHER, B. H. **Importance of tourism for economy of Bermuda**. Annals of Tourism Research, v. 22, n. 4, p. 918–930, 1995.
- ARDAHAIEY, F. T., **Economic Impacts of Tourism Industry**, International Journal of Business and Management, Tehran, Iran, 2011
- AZZONI, C. R. **Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas de São Paulo**. Turismo em Análise, v. 3, n. 1, p. 37–53, 1993.
- AZZONI, C. R.; MENEZES, T. A. **Cost competitiveness of international destinations**. Annals of Tourism Research, v. 36, p. 715–734, 2009.
- BARBOSA, J. D., TEIXEIRA, R. M., **Avaliação do Produto Turístico em Sergipe: Formulação de Estratégias para o Setor**, Turismo em Análise, São Paulo, 1999
- BARROS, M. O., SILVA, S. C., GRANERO, A. E., BRAGA FILHO, H., **O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica**, anais do 4º Congresso Brasileiro de sistemas, UNI-FACEF, Franca-SP, 2008
- BLAINE, T. W., **Input-Output Analysis: Applications to the Assessment of the Economic Impact of Tourism**, In: Vnr's Encyclopedia of Hospitality and Tourism, by Khan, M., Oslen, M., Var, T., Van Nostrand Reinhold, New York, 1993.

BLAKE, A. et al. **Tourism and poverty relief**. Annals of Tourism Research, v. 35, n. 1, p. 107–126, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, FGV, **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo** – Ano XI, nº 43, 2014

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, **Turismo no Brasil 2007 – 2010**, Conselho Nacional de Turismo, 2006

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: **Turismo e Sustentabilidade**, Brasília, 2007.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, **Turismo Cultural: Orientações básicas**, Coordenação geral de segmentação, Brasília 2006.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatística básica de turismo Brasil – Ano 2013**, 2014.

BRIASSOULIS, H., **Methodological Issues Tourism Input-Output Analysis**, Annals of Tourism Research, Vol 18, 1991.

BRITO, B. R., **O Turismo e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável**, IV Congresso Português de sociologia, doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, 1999

CARVALHEIRO, N., **Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-produto**, In: Pesquisa & Debate, volume 9, número 2, São Paulo, 1998.

CHIANG, A. C., **Fundamental Methods of Mathematical Economics**, 3rd edition, MacGraw-Hill, New York, 1984

CORIOLOANO, L. N., **A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local**, in Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local, Portuguese *et al*, UFPB, João Pessoa, 2012

CORRÊA, C. C., MARIANI, M. A. P., **Importância da Atividade do Turismo no Espaço Rural para o Desenvolvimento Regional e Local**, trabalho originado da dissertação de mestrado do autor, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009

CTI/NE, Fundação CTI/NE <http://www.ctinordestedobrasil.com.br/estatisticas.html>

DINIZ, C. C., **O Papel das Inovações e das Instituições no Desenvolvimento Local**, In: XXIX Encontro Nacional de Economia, 2001, Salvador. Anais em CD. Salvador: ANPEC, 2001.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, W. R., **Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 39, n. 1, p. 121–158, 2009.

FARIA, D. M. C. P., **Desenvolvimento e Turismo: uma abordagem conceitual** – Texto para discussão nº 462, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2012.

FIPE, **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2010/2011**, Relatório Executivo, Produto 6, 2012.

FLETCHER, J., SNEE, H., **Input-output analysis**, In: **Tourism Marketing and Management Handbook**, by Witt, S. F., Moutinho, L., Cambridge, 1989

FORTUNA, C., FERREIRA, C., **O Turismo, o Turista e a (Pós)Modernidade**, oficina do Centro de Estudos Sociais, apresentada no Seminário “Reflexões Sociais sobre o Turismo”, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, Faro, 1996

GARCIA, R. K. de O., ASHTON, M. S. G., **Gestão Pública em Turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma sustentável**, IV SemintUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

GUILHOTO, J. J. M., **Análise de Insumo-Produto: Teoria e fundamentos**, MPRA – Munich Personal RePEc Archive, online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/32566/>, 2011.

GUILHOTO, J. J. M., AZZONI, C. R., ICHIHARA, S. M., KADOTA, D. K. & HADDAD, E. A. **"Matriz de insumo-produto do Nordeste e estados: metodologia e resultados"**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2010.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37–54, 1997.

HADDAD, E. A. & PORSSE, A. A. (2013) **"Domestic tourism and regional inequality in Brazil"**. *Tourism Economics* 19(1): 173-186.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE, **Economia do Turismo – Uma Perspectiva Macroeconômica 2003 – 2007**, 2010.

_____, **Análise das atividades características do turismo**, 2003.

KADOTA, D. K., RABAHY, W.A., **Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo**, Turismo em Análise, São Paulo 2003.

LEONTIEF, W. **The structure of the american economy, 1919-1939: an empirical application of equilibrium analysis**. New York: Oxford University Press, 1941.

LEONTIEF, W. **Input output economics**. New York: Oxford University Press, 1966.

LIMA, F. D., **A Importância do ICMS na Receita Pública do Estado do Ceará**, dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público UFC/CAEN, Fortaleza, 2010.

LIMA NETO, J. de M., **Promoção do Brasil como Destino Turístico**, Brasília, Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002

LOPES, A. de O., TINÔCO, D. dos S., ARAÚJO, R. M. de, **Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local: um olhar através das idéias de Theodor Adorno e Max Horkheimer**, Turismo em Análise, São Paulo, 2012

LUNDBERG, D. E., STAVENGA, M. H., KRISHNAMOORTHY, M., **Tourism economics**, Wiley, New York, 1995

MASLOW, A. H. A., **Theory of Human Motivation**, In: Lyne, C. (Ed.). *Leisure Travel and Tourism*. Massachusetts: Institute of Certified Travel Agents, 1989.

MILLER, R. E. & BLAIR, P. D. (2009) "**Input-output analysis: foundations and extensions**". Cambridge University Press, New York.

PÉREZ, X. P., **Turismo Cultural, uma visão antropológica**, Revista de Turismo y Patrimonio, El Sauzal (Tenerife, España), 2009

PINHEIRO, L. I. F., GUIMARÃES, C. R. F. F., COSTA, R. M. dos S., **Indicadores Macroeconômicos do Turismo, dos Principais Destinos Litorâneos da Bahia, no Período de 1998 a 2008**, cultur – Revista de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2011

PRATT, S. **The economic impact of tourism in SIDS**. Annals of Tourism Research, v. 52, p. 148–160, 2015.

RIBEIRO, L. C. S., SALOMÃO, K. K., SILVA, J. A., **Investimentos do PRODETUR na Cidade de Santa Luzia do Itanhê: uma visão socioeconômica e ambiental**, Turismo em Análise, São Paulo, 2013

RIBEIRO, L. C. S. *et al.* Suape: novo polo de crescimento? **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 29–60, 2013.

RIBEIRO, L. C. S.; ANDRADE, J. R. L.; POSSAS, G. . **Impactos económicos de los gastos turísticos en Sergipe y sus efectos colaterales en el resto de Brasil**. Estudios y Perspectivas en Turismo (En Línea), v. 23, p. 447-466, 2014.

..... **Efeitos multiplicadores dos gastos turísticos em Sergipe: uma análise inter-regional de insumo-produto**. In: III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012, Vitória. III Encontro de Economia do Espírito Santo, 2012.

RICHARDSON, H. W., **Insumo-Produto e Economia Regional**, Zahar, Edição para o Brasil, Rio de Janeiro, 1978.

ROSE, A. Input-output economics and computable general equilibrium models. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 6, p. 295–304, 1995.

SAKOWSKI, P. A. M., **Mensurando o Emprego no Setor Turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local**, IPEA, Texto para discussão 2073, Brasília, 2015.

SANTOS, G. E. de O., SILVEIRA, C. E., LOBO, H. A. S., **Estudos da Demanda Turística: métodos, análises e casos**, Turismo em Análise, São Paulo, 2014.

SANTOS, G. E. de O., KADOTA, D. K., **Economia do Turismo**, São Paulo, Aleph, 2012

SCHMITZ, J. A., VIERO, M. G., DE CEZARO, A., **Um estudo sobre a matriz de Insumo-**

Producto, IV Encuentro Internacional de Economía Política y Derechos Humanos Centro de Estudios Económicos y Monitoreo de las Políticas Públicas Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo - Buenos Aires – Argentina 2010.

SILVA FILHO, G. E., CARVALHO, E. B. S., **A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino** – Documentos Técnico-Científicos, In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2001.

SMITH, S. L. J., **Tourism Analysis** – A Handbook, 2nd edition, Longman, England, 1995

SOUZA, P. I. A. , SILVEIRA NETO, R. M., **Turismo no Nordeste: Afinal, Qual é a Importância da Atividade para a Região?**. In: XIII Encontro Regional de Economia, 2008, Fortaleza-CE. XIII Encontro Regional de Economia, 2008.

STYNES, D. J. **Economic impacts of Tourism: A handbook for tourism professionals**. Urbana, IL: University of Illinois, Tourism Research Laboratory, 1997.

TAYLOR, J. E. **Technical Guidelines for Evaluating the Impacts of Tourism using Simulation Model**. Technical Notes. Washington, Inter American Development Bank, 2010.

TOMAZZONI, E. L., **Turismo e Desenvolvimento Regional – Modelo APL Tur Aplicado à Região das Hortências (Rio Grande do Sul – Brasil)**, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2007

VAN HARSSSEL, J., **Tourism: An Exploration**, 3rd edition, Prentice Hall, 1994

VIANA, F. D. F., DOMINGUES, E. P., DINIZ, C. C., **Infraestrutura turística no nordeste: uma análise de projeção de impactos do programa de desenvolvimento do turismo no nordeste – PRODETUR/NE II**, In: Revista Economia NE, Fortaleza, v. 45, 2014.

ANEXOS

Anexo 1: Compatibilização setorial conforme a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE (continua...)

Milho	
Cana-de-açúcar	
Soja	
Fruticultura	Agricultura, silvicultura, exploração florestal
Outras Culturas	
Silvicultura	
Extrativismo Vegetal	
Bovinos	
Outros Pecuária	
Suínos	Pecuária e pesca
Aves	
Extrativismo Animal (Pesca)	
Petróleo e Outros	
Gás Natural	Petróleo e gás natural
Atividades de Serviços Rel. à Extr. de Petróleo e Gás	
Minério de ferro	Minério de ferro
Outros da indústria extrativa	Outros da indústria extrativa
Abate de Bovinos	
Abate de Suínos e Outros	
Abate de Aves	
Fabricação de Óleos Vegetais	
Indústria de Laticínios	
Beneficiamento de Outros Produtos Vegetais	Alimentos e Bebidas
Rações	
Fabricação de Açúcar	
Indústria do Café	
Outros produtos Alimentares	
Bebidas	
Produtos do fumo	Produtos do fumo
Têxteis	Têxteis
Artigos do vestuário e acessórios	Artigos do vestuário e acessórios
Artefatos de couro e calçados	Artefatos de couro e calçados
Produtos de madeira - exclusive móveis	Produtos de madeira - exclusive móveis
Fabricação de Celulose e Pasta Mecânica	
Fabricação de Papel, Papelão e Artefatos de Papel	Celulose e produtos de papel
Jornais, revistas, discos	Jornais, revistas, discos
Refino de petróleo e coque	Refino de petróleo e coque
Álcool	Álcool
Outros Elementos Químicos	
Adubos e Fertilizantes	
Fabricação de Petroquímicos Básicos	
Fabricação de intermediários para resinas e fibras	
Fabricação de outros produtos químicos orgânicos	
Fabricação de Resinas e Elastômeros	
Fabricação de fibras, fios e cab. artificiais e sintéticos	Químicos
Farmácia e Veterinária	
Defensivos agrícolas	
Perfumaria, higiene e limpeza	
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	
Produtos e preparados químicos diversos	

(Continuação.)

Indústria da Borracha	Artigos de borracha e plástico
Artigos Plásticos	
Cimento	Cimento
Fabricação de vidro e de produtos do vidro	
Outros produtos de minerais não-metálicos	Outros produtos de minerais não-metálicos
Fabricação de aço e derivados	Fabricação de aço e derivados
Metalurgia de metais não-ferrosos	Metalurgia de metais não-ferrosos
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
Máquinas e Implementos Agrícolas	
Máquinas e Eq. p/ Prospeção e Extração de Petróleo	Máquinas e equipamentos
Outras Máquinas e Equipamentos	
Eletrodomésticos	Eletrodomésticos
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	Máquinas para escritório e equipamentos de informática
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	Material eletrônico e equipamentos de comunicações
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico
Automóveis, camionetas e utilitários	
Caminhões e ônibus	Indústria automobilística
Peças e acessórios para veículos automotores	
Outros equipamentos de transporte	Outros equipamentos de transporte
Indústria do Mobiliário	
Indústrias Diversas	Indústria diversas
Produção de Energia Elétrica	
Distribuição de Energia Elétrica	
Gás encanado	SIUP
Água e esgoto	
Serviços de limpeza urbana	
Construção	Construção
Comércio Atacadista	
Comércio Varejista de Combustível	
Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios	Comércio
Supermercados	
Outros Comércio Varejistas	
Transporte Rodoviário Carga	
Transporte Aéreo Carga	
Transporte Ferroviário Carga	
Transporte Aquaviário Carga	Transporte de carga
Transporte Dutoviário Carga	
Atividades Auxiliares dos Transportes Carga	
Transporte Rodoviário de passageiros	Transporte Rodoviário de passageiros
Transporte Aéreo de passageiros	Transporte Aéreo de passageiros
Transporte Ferroviário de passageiros	Transporte Ferroviário de passageiros
Transporte Aquaviário de passageiros	Transporte Aquaviário de passageiros
Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros	Atividades Auxiliares de Transportes - Passageiros
Correios	Correios
Serviços de Telefonia Móvel	
Serviços de Telefonia Fixa	Serviços de informação
Outros serviços de informação	
Intermediação financeira e seguros	Intermediação financeira e seguros
Serviços imobiliários e aluguel	Serviços imobiliários e aluguel
Serviços de manutenção e reparação	Serviços de manutenção e reparação
Serviços de Alojamento	Serviços de Alojamento
Serviços de Alimentação	Serviços de Alimentação
Serviços prestados às empresas	Serviços prestados às empresas
Educação mercantil	Educação mercantil
Saúde mercantil	Saúde mercantil
Outros serviços	Outros serviços
Educação pública	
Saúde pública	
Segurança Pública	Serviços públicos
Outros Administração Pública e Seguridade Social	